

# AQUECIMENTO GLOBAL. AINDA DÁ TEMPO?

**Mais de 100 nações aderiram aos novos acordos para acabar com o desmatamento e reduzir a emissão de metano. Ausente da reunião da Cúpula do Clima, Bolsonaro faz a Nação passar vergonha global e deixa o país fora da liderança ambiental. Pior. Brasil só se tornou signatário do acordo por pressão dos EUA**



Arte: Nathalie Nascimento

**focus**  
**BRASIL**

Fundação Perseu Abramo 8 de Novembro de 2021 Nº 35

Ricardo Abramovay aponta retrocessos ambientais  
Na reunião do G20, Bolsonaro se isola com os garçons  
Como Lula e Dilma mantiveram superávits primários  
Desemprego em 2020 foi pior do que disse governo  
"Marighella", a obra-prima dirigida por Wagner Moura

EXPOSIÇÃO VIRTUAL  
CENTENÁRIO  
Paulo Freire

**A EXPOSIÇÃO ESTÁ NO AR**

ACESSE EM: [fpabramo.org.br](http://fpabramo.org.br)

25 anos  
FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

Centro  
Sérgio  
Buarque  
de Holanda  
de Documentação e  
História Política

PAUTA  
BRASIL

**ASSISTA AO  
PROGRAMA  
PAUTA BRASIL**

SEGUNDAS, QUARTAS  
E SEXTAS-FEIRAS  
ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E  
TRANSMISSÃO: FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

TRANSMISSÃO: PT

DCM Fórum

TV 247

SIGA O CANAL DA REVISTA

YouTube

focus  
BRASIL

Revista Focus Brasil  
191 inscritos

INSCREVA-SE

NO YOUTUBE

# focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Danilo

Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

## DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Geraldo Magela e Valter Pomar

## CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur

Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

## SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de

Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),

Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto

(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

## CONTATOS

[webmaster@fpabramo.org.br](mailto:webmaster@fpabramo.org.br)

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

NESTA EDIÇÃO

# O MUNDO CORRE PARA EVITAR UM DESASTRE

Mais de 100 nações se comprometeram a cortar em 30% as emissões de metano e reduzir o desmatamento. Apesar da boa nova, ambientalistas e a mídia internacional estão céticos. O próprio diretor-geral da ONU, António Gutierrez duvida.

Página 12



**EDITORIAL.** A bomba fiscal armada pelo Planalto com PEC detonada em 2023

Página 4

**ENTREVISTA.** Ricardo Abramovay faz balanço ambiental: há retrocesso

Página 6

**COP26-1.** Txai Suruí faz discurso histórico em Glasgow e critica governo

Página 14

**COP26-2.** Sob Bolsonaro, o Brasil perde prestígio na comunidade internacional

Página 16

**COP26-3.** Da Escócia, Nilto Tatto diz que há dois Brasis na Cúpula do Clima

Página 18

**O IDIOTA.** César Calejon aborda a passagem patética do presidente pelo G20

Página 20

**ECONOMIST.** A revista inglesa diz que o Brasil agora é um vilão ambiental

Página 21

**PESQUISAS.** Brasileiros temem mudança climática e ignoram Auxílio-Brasil

Página 23

**DESIGUALDADE.** Fim do Bolsa Família é um erro, diz Alexandre Calixtte

Página 25

**TETO DE GASTOS.** Projeto arromba política fiscal, mas não resolve questão social

Página 27

**OPINIÃO.** A PEC do Calote é um golpe eleitoral do governo, critica Bohn Gass

Página 29

**TRABALHO.** O governo manipulou os dados do Caged no ano passado

Página 31

**ECONOMIA.** Lula e Dilma salvaram Brasil, ao gerarem superávits primários

Páginas 32

**MEMÓRIA.** Getúlio implanta a ditadura do Estado Novo e Lula é solto

Página 36

**CINEMA.** A estreia de Wagner Moura na direção, com o filme "Marighella"

Página 38

**LITERATURA.** Ignácio Loyola Brandão é agraciado com o Jabuti

Página 40

**TRIBUTOS.** Morre um dos maiores pianistas do mundo: Nelson Freire

Página 42

# A BOMBA FISCAL E A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Aloizio Mercadante

**N**o início da madrugada de quarta-feira, 3, a Câmara dos Deputados aprovou, na votação em primeiro turno, a chamada PEC dos Precatórios. Foram apenas quatro votos além do necessário para mudanças constitucionais.

O relator negociou emendas até o último momento, mesmo que elas nunca tenham sido formalmente apresentadas.

O relatório que foi à votação era uma emenda aglutinativa, sendo que o relator não pode redigir, pois não é autor. O presidente da Câmara, Arthur

Lira (PP-AL), patrocinou outro estupro regimental, permitindo que deputados em viagem pudessem votar à distância. Foi um vale-tudo processual.

Para piorar, veio a público a informação de que o governo liberou R\$ 1,2 bilhão em emendas do relator, o tal orçamento secreto, na véspera da votação da PEC. Isso é gravíssimo. A prática revela o uso de um orçamento que não é transparente e não obedece a critérios técnicos para convencer parlamentares a aprovarem uma mudança constitucional que, no futuro, vai abrir espaço a esse tipo de emenda exclusivamente fisiológica. É a completa degradação da relação institucional e da autonomia entre os Poderes.

Entretanto, o mais grave é que essa PEC é inconstitucional. No passado, houve um acordo e uma nova legislação sobre precatórios, dos quais participei ativamente como líder do governo no Senado



na época de Lula, que envolveu o então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Nelson Jobim e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

O acordo previa pagamento na fila para os precatórios, com um percentual destinado a eventuais leilões para quem quisesse receber antes, sempre em função do tamanho do deságio oferecido. Simples e transparente, o acordo beneficiava o poder público, respeitando o interesse dos credores.

Ainda assim, o STF julgou inconstitucional. Imagina qual será o destino desse emaranhado de mudanças com muitos interesses ocultos? Por isso, é evidente que a PEC dos Precatórios, já chamada de PEC do Calote, cujo papel é gerar recursos para Bolsonaro disputar a reeleição, e emendas no orçamento para os deputados, será derrubada pela Suprema Corte.

A PEC limita os valores de pagamento dos precatórios aos valores de 2016, corrigida a inflação. E muda o cálculo do teto de gastos, abrindo um rombo de R\$ 91 bilhões. Ela pagará 40% dos precatórios devidos do antigo Fundef em 2022, 30% em 2023 e os outros 30% em 2024. Como utilizar tal argumento para o voto favorável? Sem a PEC, o Fundef seria pago integralmente.

O insustentável teto de gastos, que deveria ser reformado com regras estáveis e duradouras, virou um puxadinho de R\$ 91 bilhões. E a razão fundamental e inconfessável dessa maioria foi o aumento expressivo das emendas de relator para alimentar o orçamento secreto e o fisiologismo crescente que alimenta a base de sustentação do desgastado governo Bolsonaro.

A votação dessa PEC também foi um desastre para setores da

## A PRIORIDADE NUNCA FOI A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA REGRA FISCAL CONSISTENTE E DURADOURA, QUE SUPERE A ORTODOXIA FISCAL

oposição, que mais uma vez se alinharam ao Palácio do Planalto. O PSDB e a chamada terceira via, com seu aparente antibolsonarismo tardio, deram uma importante contribuição. Além deles, outros 25 deputados do PDT e PSB votaram a favor do texto, sendo que cinco deputados do PDT são do Ceará, diretamente ligados a Ciro Gomes. O ex-ministro da Integração Nacional suspendeu sua candidatura presidencial diante deste vexame. O PT foi coerente e votou em bloco, o único partido com candidatura presidencial competitiva que mais uma vez votou com seu programa e por suas propostas.

A prioridade nunca foi a construção de uma nova regra fiscal consistente e duradoura, que supere a ortodoxia fiscal permanente e insustentável do teto, imposta pelo golpe. Muito menos a motivação é uma política de renda para a proteção dos mais pobres, joga-

dos ao desemprego massivo e à fome generalizada.

É absurda a extinção de um programa exitoso como o Bolsa Família, reconhecido internacionalmente, com extraordinários resultados, que poderia ser ampliando com maior acesso de beneficiários e reajuste no valor recebido, congelado desde o Golpe de 2016. O chamado Auxílio Brasil é inconsistente e eleitoreiro. Além de não ter fonte de receita permanente para depois de 2022, retirara do Auxílio Emergencial 22 milhões de beneficiários. Pior. A partir de 2022, sangra mais R\$ 20 bilhões do teto de gastos.

Enquanto isso, o Banco Central anuncia juros de dois dígitos e a bomba fiscal é programada para o próximo presidente. A estagnação vai se instalando, o custo de vida da população segue elevado, a privatização operacional e o desmonte da Petrobrás mostram seu lado mais perverso e a fome e a insegurança alimentar tomam conta das periferias das grandes cidades.

Há, ainda, alguma chance de reverter o resultado na segunda votação, porque a margem da vitória foi muito apertada. E, ainda, no Senado, que por vezes tem sido mais rigoroso e prudente em relação aos interesses fisiológicos da Câmara. Para isso, é importante a pressão popular e da opinião pública.

O Brasil segue sem rumo, enquanto Bolsonaro e a base fisiológica dele se apropriam de recursos que deveriam proteger os mais pobres e alavancar os investimentos para a reconstrução do país. Vivemos uma verdadeira tragédia histórica que precisa ser superada o quanto antes. Não haverá reconstrução do Brasil com este desgoverno. •



# “O GOVERNO BOLSONARO TEM UM PROJETO DE DESTRUIÇÃO”

O sociólogo Ricardo Abramovay acusa o presidente da República de beneficiar o crime organizado ao desmantelar os instrumentos do Estado brasileiro para fiscalizar crimes ambientais e punir garimpeiros que invadem a Amazônia. “Se tem uma coisa que não se pode dizer é que essa turma está surpreendendo alguém, inclusive empresários”, aponta

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

O governo de Jair Bolsonaro age para desmantelar os mecanismos de Estado que são capazes de oferecer proteção às florestas. O objetivo é colocar em prática um pensamento arcaico e antiquado presente no conjunto de militares que hoje comanda o país. Essa é a perspectiva do sociólogo Ricardo Abramovay. Como o restante do mundo, ele diz não acreditar que Bolsonaro e seus ministros venham a fazer qualquer coisa que beneficie a preservação das florestas.

Avalia que o problema é que o presidente e os militares que o

cercam são negacionistas e acreditam que estão protegendo o território brasileiro de ameaças estrangeiras ao abrir espaço para atividades como o garimpo ilegal e o desmatamento. Para Abramovay, os acordos firmados na Cop26, em Glasgow, na Escócia, são fruto da pressão dos EUA, mas não representam qualquer mudança na forma de atuar do governo brasileiro. Para o professor da USP, é urgente que o Brasil possa ter logo um novo governo.

Nesta entrevista à Focus Brasil, Abramovay afirma que o desafio do país não é tão grande para a diminuição da emissão de gases do efeito estufa, basta acabar

com o desmatamento. O problema é que o Palácio do Planalto dá proteção para que o crime organizado cresça na região das florestas e isso torna a tarefa muito mais árdua.

Em paralelo, o mundo tem um desafio enorme que é a descarbonização da vida social. O professor lembra que, apesar do empenho de autoridades, ativistas e de tantos outros atores, nos últimos 30 anos, a dependência que o mundo tem dos combustíveis fósseis passou de 86% para 80%. O processo lento é reflexo do tamanho da dificuldade para realizar a transformação necessária. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista:

**Focus Brasil – Uma série de acordos de redução de emissão de gases causadores do efeito estufa foram firmados na Cop26, mas o fato é que desde o Acordo de Paris pouca coisa andou.**

**O senhor acredita que exista alguma diferença com relação às promessas firmadas agora?**

**Ricardo Abramovay** – Há dois acordos que foram assinados já na primeira semana da Conferência e que são importantes. O primeiro é o referente à redução em 30% na emissão de metano até 2030. Ele foi precedido por um outro feito antes da Cop, entre EUA e Europa, com esse objetivo. É um acordo muito importante para o Brasil porque tendo em vista que somos os primeiros exportadores mundiais de carne bovina, o famoso “arrotado do boi” é um dos vetores fundamentais da emissão de metano e, portanto, o país ter assinado esse acordo, não sem resistência, é um fato positivo.

O segundo ponto positivo é a assinatura por parte do Brasil do acordo referente a zerar o desmatamento até 2030. Em ambos os casos, o contraste entre esses compromissos e o que de fato ocorre na política governamental – política governamental é uma expressão muito elogiosa para falar desta gangue que hoje governa o país –, há um abismo que é nítido internacionalmente e é nítido no aqui também.

Essa é a razão pela qual há dois países na conferência. De um lado, o país dos movimentos sociais, das ONGs, de um conjunto muito expressivo e muito importante de grandes empresas comprometidas com a luta contra a crise climática, de governos estaduais que estão se comprometendo nessa luta. E, do outro lado, o governo federal, que desmantelou o Ibama, faz propaganda, na prática, da ilegalidade, tentando permanentemente convertê-la em legalidade. Ou seja, se esforçando para legalizar

áreas invadidas, para permitir que o garimpo predatório, criminoso, ilegal, poluente e assassino. Acabaram de ser assassinados dois indígenas por garimpeiros ilegais. Então, há um abismo entre essas duas realidades.

Não tenho qualquer expectativa positiva de que, no que depender do atual governo federal, haja avanços. Há duas razões para isso. Em primeiro lugar porque, tanto o presidente da República como o vice – isso é muito importante: o vice-presidente que é,

## TANTO O PRESIDENTE COMO O VICE SÃO NEGACIONISTAS AMBIENTAIS. ISSO VEM DAQUELA DOCTRINA MILITAR ATRASADA DOS ANOS 50

supostamente, o homem sensato, razoável, participou, 15 dias após o lançamento do sexto relatório do IPCC, de um evento no Instituto General Villas-Boas composto exclusivamente por negacionistas climáticos. Ele fez a conferência de abertura. Quando você assiste à fala dele, a frase que ele usa é que a sustentabilidade é uma ameaça à segurança nacional.

– **Por qual motivo?**

– Ele resgata aí uma doutrina militar exposta com toda clareza

pelo general Luíz Eduardo Rocha Paiva numa live organizada por uma entidade do General Sérgio Etchegoyen e do Raul Jungmann. Os militares, tanto Mourão quanto Luíz Eduardo Rocha Paiva, como o conjunto dos militares que hoje formam o pensamento do Palácio do Planalto e, em grande parte, da Esplanada dos Ministérios, é completamente ancorado na visão que se tinha da Amazônia nos anos 1950. Ou seja, a Amazônia é um espaço vazio cobijado por potências estrangeiras interessadas nas nossas riquezas e em impedir que o Brasil explore tais riquezas naturais para impedir que o país se afirme como grande potência na exploração dessas riquezas. E os principais atores dessa intervenção estrangeira voltada a impedir “nossa grandeza” são os ativistas e as ONGs que usam os inocentes indígenas como ponta de lança.

Isso que eu estou falando pode parecer uma caricatura, mas quem achar que eu estou exagerando, por favor, assista à exposição do vice-presidente da República a 100 dias da Conferência de Glasgow, abrindo um encontro de negacionistas climáticos, e à fala do general Luíz Eduardo Rocha Paiva, para ver se eu estou exagerando. Qual é consequência disso? Para impedir essa ocupação estrangeira da Amazônia eles consideram necessário estimular atividades que ocupem rapidamente este território. E como eles fazem isso? Estimulando a derrubada florestal, a ocupação desse local por atividades econômicas que, evidentemente, serão incompatíveis com a manutenção da floresta em pé porque são atividades baseadas nos conhecimentos e nas práticas tradicionais vigentes no processo de ocupação predatória da floresta amazônica.

O Ministério das Minas e Energia está com um novo projeto para tentar continuar com as usinas hidrelétricas, inclusive, no rio Tapa-

jós. São hidrelétricas, mineração, extração predatória de madeira e exploração de soja. Uma das mais emblemáticas expressões disso chama-se AMACRO (Amazonas, Acre e Rondônia). E uma espécie de MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) do Sul do Amazonas, do Acre e de Rondônia.

Essa sigla está sendo difundida por um conjunto de organizações, envolve um segmento da Embrapa, o general que comanda a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) e, sob a retórica da bioeconomia, trata-se de tirar a floresta dessa área, praticamente. E é muito interessante assistir à declaração do presidente da Federação da Agricultura do Acre, que diz: a floresta “é um incômodo”. São pessoas que vem de outras regiões do país e querem transformar a floresta no que conhecem. É um problema.

**– O Estado é hoje o principal vetor do desmatamento e do garimpo ilegal na Amazônia?**

– Não é o Estado. É o governo que tem um projeto de destruição, não só da floresta. Eu não tenho a impressão de que seja disfuncional. Eu acho que é funcional. Porque durante a campanha eleitoral eles anunciaram que iriam fazer isso. Esse é o projeto do governo que consiste em ocupar o quanto antes a Amazônia por meio das atividades hoje dominantes e com o esforço de legalizar o que a legislação brasileira hoje trata como crime. Se tem uma coisa que não se pode dizer é que essa turma está surpreendendo alguém.

Admito que o rapaz que trabalha na padaria ao lado de casa fique surpreso com isso. Agora, que um dirigente empresarial se diga assustado, aí é cinismo. Porque Bolsonaro avisou que iria fazer isso. Quem votou nele ou quem se absteve, votou sabendo que ele iria fazer isso: tentar legalizar o que ainda é considerado crimino-

so e estimular uma cultura avessa à manutenção da floresta em pé.

A retórica do bolsonarismo, por mais que provoque indignação em cada um de nós, e numa parte muito significativa do empresariado brasileiro, tem um impacto na Amazônia extraordinariamente forte nas câmaras de vereadores, nas associações comerciais, nos clubes de diretórios lojistas. Se você pegar a morfologia da sociedade civil da Amazônia, você tem uma base social local que não é influenciada,

## A RETÓRICA DO BOLSONARISMO, POR MAIS QUE PROVOQUE INDIGNAÇÃO EM CADA UM DE NÓS, TEM UM IMPACTO MUITO FORTE NA AMAZÔNIA

mas que age a partir dessa retórica destrutiva que é muito forte. E ainda mais quando isso tem o respaldo de um segmento militar que hoje está no comando.

**– Voltando à Cop26, lá se reuniram instituições financeiras e empresários que administram uma fortuna de US\$ 130 trilhões e que quer financiar a manutenção das florestas. O senhor acredita que diante do negacionismo de Bolsonaro, há possibilidade de que tal**

**investimento chegue ao Brasil?**

– É difícil a gente dizer porque o embaixador Carlos França não é tão sectário, no sentido literal da palavra, como seu predecessor. Tanto Ricardo Salles como Ernesto Araújo tinham uma retórica abertamente antiglobalista, anti-multilateralismo democrático etc., Essa retórica no Itamaraty e no Ministério do Meio ambiente foi abandonada. Quando você junta isso com o empenho da diplomacia americana, do John Kerry - ou do Jim Carrey, como disse o Bolsonaro [gargalha] - de aparecer como alguém que conseguiu dobrar um candidato a ditador e fazer com que esse candidato tiranete voltasse à razão e assinasse acordos internacionais, se arma um cenário que pode ter resultados, inclusive, positivos.

Agora, entre esses cenários de compromissos internacionais e o engajamento do governo federal na direção da manutenção da floresta em pé ou da regeneração de toda a destruição que foi feita, há um abismo. Veja, o Bolsonaro visitou uma área de garimpo ilegal dias antes da conferência climática. É inacreditável. E mais: uma parte importante da base parlamentar do governo no Norte do país é avessa a mudar o comportamento e as políticas. Não dá para achar que eles vão voltar a demarcar terras indígenas e proteger territórios desprotegidos. Não vejo a menor chance de isso acontecer.

**– Quais são os mecanismos econômicos para receber investimentos para manter a floresta em pé?**

– São duas coisas. Primeiro, manter a floresta em pé não se faz por meio de mecanismos econômicos. Existe uma pressão que só cresce porque tem um componente adicional nessa história que é a retórica de que “índio tem terra demais”. Toda essa retórica extrema com relação a Amazônia,

acentuou o poder do crime organizado na floresta. E o crime organizado na Amazônia não é mais restrito a tráfico de armas e tráfico de drogas. Hoje, está vinculado ao garimpo ilegal e à grilagem de terras. Desarticular isso quando esses malucos saírem do poder vai ser bem difícil. Vai ser uma das tarefas mais árduas que a democracia brasileira vai enfrentar quando nos livrarmos desses malucos.

Então, imaginar que você pode manter a floresta em pé por mecanismos econômicos é imaginar que você vai ter mecanismo econômico em que o criminoso diga: “Ah, vale mais a pena eu comprar crédito de carbono do que eu fazer grilagem ou garimpo ilegal”. Isso não existe. É completamente ilusório. O que não significa que não seja importante crédito de carbono ou financiar a manutenção da floresta em pé. Fortalecer as instituições e as organizações estatais de manutenção da floresta em pé é o ponto de partida para que atividades econômicas ligadas ao fortalecimento dos serviços ecossistêmicos prestados pela floresta possam se desenvolver. É uma ilusão achar que você pode através de incentivos econômicos manter a floresta em pé já que o Estado é incapaz de exercer a sua soberania sobre esse território e, na prática, está recusando a essa soberania em benefício do crime organizado.

**– Você falou sobre a pressão dos EUA, mas sabemos que também existe uma pressão de setores do empresariado nacional. Essa divisão no empresariado também é relevante, não?**

– A maioria das empresas brasileiras de grande porte não tem interesse na continuidade da devastação florestal. E há movimentos muito importantes e significativos nesse sentido. O comprometimento dos três maiores bancos privados do país, Santander, Itaú e

Bradesco, com a manutenção da floresta é uma coisa importante e inédita. A carta dos 17 ex-ministros da Fazenda e ex-presidentes do Banco Central pedindo desmatamento zero na Amazônia e no Cerrado é algo também muito importante. Existe uma formação de organizações na Amazônia envolvendo sociedade civil, ativistas, CEOs de grandes empresas, cientistas e representantes de comunidades que vivem na floresta. Isso tudo articulado numa concertação pela Amazônia que tem produzido

## É UMA ILUSÃO ACHAR QUE SE PODE COM INCENTIVOS ECONÔMICOS MANTER A FLORESTA EM PÉ JÁ QUE O ESTADO É INCAPAZ

documentos muito interessantes. No fundo, essa concertação pela Amazônia é a única parte e o único tema no Brasil em que se formou uma verdadeira frente anti-bolsonarista. Você não tem isso no movimento negro, nos movimentos feministas, nos movimentos de defesa das populações pobres... Não tem isso em parte alguma. Na Amazônia, constituiu-se uma frente de atores muitos diversificados que até anteontem estavam em polos opostos e isso é notável.

E, além disso, o engajamento

de governos estaduais por meio do Plano de Recuperação Verde do Consórcio de Governadores da Amazônia Legal. Claro que esse consórcio envolve o Flávio Dino, mas também o governador de Rondônia que está detonando tudo o que pode. Mas, justamente, a habilidade do Flávio Dino foi incrível para formular um plano de recuperação verde. Ao mesmo tempo, na Amazônia, essa unidade nem de longe é a mesma que se oferece no plano nacional das grandes empresas. Lá, muitas empresas são contrárias ao acordo de proteção às florestas.

**– As forças que estão por trás dessa lógica do desmatamento da Amazônia e do garimpo ilegal estão vinculadas ao agronegócio?**

– Você não pode dizer que hoje, por exemplo, a Klabin, a Syngenta, a Bayer e mesmo a JBS e a Marfrig estejam apoiando o desmatamento. Evidentemente, o desmatamento em última análise pode resultar no aumento da oferta de produtos agrícolas convencionais, mas durante um tempo limitado porque se você acaba com a floresta, você acaba com a agricultura. Hoje, justamente por isso, as grandes empresas do agronegócio e algumas de suas mais importantes associações como a Associação Brasileira de Agronegócio são organizações anti-bolsonaristas com uma posição muito clara da urgência de se zelar o desmatamento. Então, não dá para dizer que o agronegócio está por trás do desmatamento.

**– Você já publicou textos explicando que não podemos esperar que a conscientização chegue a todos os consumidores. Como tornar viável a transformação já que se trata de um tema tão delicado?**

– São duas coisas. Primeiro, a situação do Brasil. Temos um trunfo com o “low hanging fruit”. É uma

expressão em inglês para algo fácil de acontecer. O Brasil é o único país do mundo que tem um “low hanging fruit” que se chama desmatamento. Para diminuir pela metade as emissões brasileiras não é necessária uma baita transformação na vida social, basta que as instituições e as organizações de repressão ao desmatamento funcionem. Zerar o desmatamento não é um tema de ciência e tecnologia, inovação tecnológica, mudança de hábito de consumo etc. etc. Zerar o desmatamento é parar de compactuar e de patrocinar o crime organizado. Então, o Brasil tem esse trunfo.

Na Rio 92, o mundo dependia em 86% de combustíveis fósseis na sua matriz energética. Em 30 anos, o número caiu para 80%. Então, é superlento. Mas não é lento porque as pessoas estão fazendo corpo mole, é porque é difícil fazer isso. O consenso hoje entre os mais importantes economistas do mundo sobre esse tema é que se você não taxar o carbono, se poluir não custar nada, agora não pode mais ser gratuito. Isso é um baita desafio. Difícil e fascinante. O desafio do desmatamento tem que despertar na gente apenas revolta e indignação. O desafio verdadeiro, intelectualmente e politicamente desafiador, é descarbonizar o conjunto da vida social.

#### – E qual é o caminho para isso?

– Precisa ter um preço para o carbono. O presidente da França tentou fazer e resultou no movimento dos Coletes Amarelos. Como isso é muito difícil, muitas vezes a retórica das pessoas é de que é necessário ter sempre soluções win-win [ganha-ganha]. Se não for, não serve. Ora, essa solução win-win é “eu vou ganhar dinheiro patrocinando uma energia renovável” e tudo bem porque é importante fazer esse patrocínio. Mas tudo o que está sendo feito até agora em energia solar, energia eólica, car-

ros elétricos, baterias etc... Tudo isso é fundamental e vai fazer parte do pacote, mas é insuficiente como sinalização para a sociedade sobre as necessidades do que ela tem de mudar.

Vai ser necessário taxar o carbono. Isso já existe em alguns países. A União Europeia está firmemente engajada nessa direção. O preço dos combustíveis vai ter que subir. Acabou, não tem mais combustível barato. Isso não existe mais. Os subsídios diretos aos combustíveis fósseis, sem que se

## O DESAFIO VERDADEIRO E DESAFIADOR, DO PONTO DE VISTA INTELLECTUAL E POLÍTICO, É DESCARBONIZAR O CONJUNTO DA VIDA SOCIAL

coloque nesse cálculo as emissões de gases do efeito estufa, hoje, estão na faixa de US\$ 500 bilhões anuais. Se você pusesse como subsídio o fato de não cobrar pelas emissões, essa conta explode. Vai a 7%, 8% do PIB global. Tem um artigo recente publicado na revista Nature mostrando que se supuser que o carbono tem um preço que não está sendo pago, os subsídios são na faixa de US\$ 7 trilhões. Enquanto esse tema não for resolvido, imaginar que gradualmente, pelas mudanças tecnológicas, pela consciên-

cia dos consumidores, você vai conseguir avançar, é ilusório. A boa notícia é que a Europa está superconsciente disso e a própria China. A cobrança pelo carbono vai se generalizar e a consequência disso para o Brasil é que quando se começar a cobrar pelo carbono, a soja brasileira que chega na Europa, o caminhão que transporta essa soja até o porto, as emissões desse caminhão vão ser cobradas. Não adianta dizer que “a soja é barata porque somos produtivos”. Se você tiver emissões nas exportações, isso vai ser incorporado ao preço.

– Um governo democrático que venha assumir, com diálogo com a comunidade internacional, terá peso político para que a comunidade internacional nos ajude a financiar a Amazônia?

– Claro. E isso já foi feito. O Fundo Amazônia é uma expressão do multilateralismo democrático que o governo Lula conseguiu de forma racional e equilibrada. O Fundo Amazônia não funcionava por promessa, pagava-se pelo que tinha sido feito e não pelo que se prometia fazer. Era uma compensação ao que estava sendo feito. E o Fundo Amazônia é um modelo que funciona de maneira superinteressante porque não é centralizado. A hora que tivermos um governo racional, tecnicamente competente, equilibrado, democrático, favorável ao multilateralismo, esse diálogo será fértil ao Brasil. Não há razão para que a comunidade internacional não encontre na manutenção da floresta em pé métodos que permitam o financiamento das atividades comerciais e o pagamento pelos serviços que ela presta. Quer dizer, não são só as hidrelétricas brasileiras e as cidades do interior paulista assoladas pelas tempestades de que dependem da Amazônia. O mundo que depende da Amazônia. •



# O MUNDO EM BUSCA DE UMA SOLUÇÃO...

...para evitar o desastre ambiental. Enquanto isso, o Brasil passa vergonha e só assina acordos por pressão direta dos EUA. País deixou de ter peso político na comunidade internacional, conquistado sobretudo nos governos Lula e Dilma, e passar a ser visto como um problema para a humanidade

## Daniilo Molina

**N**o domingo, 31, os principais líderes do mundo estão reunidos em Glasgow, na Escócia, para a Cop26, a Conferência sobre o Clima das Nações Unidas. Os países buscam alternativas ao aquecimento global, causado principalmente pela emissão de combustíveis fósseis graças à ação humana, que ameaça a existência das próximas gerações.

A década passada foi a mais quente já registrada e são cada vez mais constantes eventos climáticos como enchentes, incêndios florestais e o aumento do efeito estufa. Daí a consciência coletiva de que uma ação coordenada dos países para conter o aquecimento global. Apesar do consenso, a luta por garantir a existência da própria humanidade não é dada como iniciada.

É esperado que os quase 200 países presentes na Cop26 apresentem seus planos de cortes de emissões até 2030. No Acordo de Paris, em 2015, todos os países presentes concordaram em promover mudanças para manter o aquecimento global “bem abaixo” dos 2°C acima



Reprodução

**FORA DO JOGO** A ausência de Bolsonaro tirou o Brasil do encontro de cúpula com Boris Johnson, Emmanuel Macron, Angela Merkel e Joe Biden

dos níveis pré-industriais – e tentar atingir 1,5°C – para evitar uma catástrofe climática.

Em Glasgow, o Brasil tem uma das maiores delegações do encontro e financia um luxuoso pavilhão promocional dentro do centro de conferências. Entretanto, apesar da urgência planetária, o presidente Jair Bolsonaro deu de ombros para o problema e decidiu não participar da Cop26, aprofundando o isolamento diplomático do país. Um revés para a posição sem ativa e ativa do país em fóruns internacionais, principalmente nos governos Lula e Dilma. O primeiro negociou pessoalmente em Copenhague, durante a Cop15. A presidenta foi a anfitriã da Rio+20. Mas esses eram outros tempos. Agora, o país é ignorado.

Na abertura do encontro, o

primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, destacou que a Cop26 deve marcar o começo do fim. O político britânico vendeu esperanças. Disse que “gerações futuras não vão nos perdoar se falharmos”. A tarefa, segundo o líder inglês, é envolver o mercado na “descarbonização”. Para Johnson, “o que o Acordo de Paris prometeu, Glasgow precisa entregar”.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, entretanto parece cético. E citou diretamente a situação do Brasil. “A Amazônia agora libera mais gases estufa do que absorve por causa das queimadas”, lamentou. Além disso, alertou que estamos cavando a nossa própria cova: “Os últimos seis anos foram os mais quentes da história”.

Uma das vozes que chamaram a atenção na conferência é

Ricardo Stuckert

## NA MESA DE NEGOCIAÇÕES

Na Cop15, em Copenhague, Lula esteve à frente das negociações com Barack Obama para tratar da agenda ambiental. Era voz ouvida por outros chefes de Estado do mundo inteiro



de uma brasileira. A ativista indígena Txai Suruí discursou na abertura da Conferência. “Hoje, o clima está aquecendo, os animais estão desaparecendo, os rios estão morrendo, e nossas plantas não florescem como antes. A Terra está falando, e ela nos diz que não temos mais tempo”, disse.

“Não é em 2030 ou 2050. É agora. Enquanto vocês fecham os olhos para a realidade, os defensores da terra foram assassinados por proteger a terra. Os povos indígenas estão na linha de frente da emergência climática, e nós precisamos estar no centro das decisões sendo tomadas aqui”, prosseguiu.

O presidente negacionista reagiu. Ausente dos debates, Bolsonaro se limitou a criticar a líder indígena brasileira. Na quarta-feira, 3, o presidente disse que Txai Suruí foi levada ao evento para “atacar o Brasil”. “Estão reclamando que não fui para Glasgow. Levaram uma índia para lá substituir o [Cacique] Raoni e atacar o Brasil”, criticou. A vergonha alheia é nossa.

No encontro em Glasgow, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, anunciou o corte das emissões de gases que contribuem para o efeito estufa em uma gigatonelada até 2030. “Há uma oportunidade incrível para todos nós. É um momento de inflexão na história do mundo. Podemos criar um futuro limpo e bons empregos e oportunidades no mundo. Podemos aumentar o padrão de vida no mundo. É uma demanda moral e econômica”, afirmou o presidente dos EUA.

Ao longa da semana, mais de 100 países, entre eles o Brasil, anunciaram a adesão à proposta de cortar emissões de metano, um poderoso gás-estufa, em 30% até o final da década, em relação aos níveis de 2020.

Divulgação



Entretanto, a adesão brasileira a esse acordo só foi possível graças à forte pressão dos EUA, principal idealizador da proposta, via Departamento de Estado. Nos últimos dias, o embaixador brasileiro em Washington, Nestor Forster, convenceu o Itamaraty a aderir à iniciativa. A posição em favor do acordo é importante, mesmo diante do ceticismo generalizado, porque ao menos sinaliza a disposição do país para retomar a agenda verde, nem que seja depois da saída de Bolsonaro da Presidência

da República, em 2023.

Outro avanço das nações, anunciado na Cop26, foi a Declaração das Florestas, que reuniu pelo menos 124 países em um compromisso para reverter e limitar o desmatamento. Os pilares do documento envolvem ações políticas em prol da conservação e uma visão “ampliada”, de que apenas medidas de comando e controle do desmatamento não são suficientes. São necessárias também ações paralelas, voltadas para o desenvolvimento da produção agrícola

# TXAI SURUÍ É A VOZ DO BRASIL

Em seu discurso em Glasgow, a jovem líder indígena dos povos Suruí, em Rondônia, defendeu a Amazônia contra o desmatamento do governo

Na segunda-feira, 1º de novembro, uma voz jovem e valorosa soou forte na abertura oficial da Conferência da Cúpula do Clima, realizada em Glasgow, na Escócia. Uma voz brasileira. Era Walelasoetxeige Suruí, ou Txai Suruí, filha de Almir Suruí, líder indígena entre os mais conhecidos pela luta contra o desmatamento na Amazônia e inimigo declarado do governo Bolsonaro. Ela expôs os riscos do avanço da mudança climática na Amazônia.

“Meu pai, o grande cacique Almir Suruí, me ensinou que devemos ouvir as estrelas, a lua, o vento, os animais e as árvores”, disse a jovem. “Hoje o clima está esquentando, os animais estão desaparecendo, os rios estão morrendo, nossas plantações não florescem como antes. A Terra está falando. Ela nos diz que não temos mais tempo”, afirmou.

“Uma companheira disse: vamos continuar pensando que com pomadas e analgésicos os

golpes de hoje se resolvem, embora saibamos que amanhã a ferida será maior e mais profunda”, denunciou. E cobrou dos líderes das nações reunidas no Reino Unido: “Precisamos tomar outro caminho com mudanças corajosas e globais. Não é 2030 ou 2050, é agora”.

Txai falou sobre a necessidade de medidas urgentes para frear as mudanças climáticas, além de destacar a importância dos povos indígenas na proteção da Amazônia. E lembrou a morte do líder Ari Uru-Eu-Wau-Wau, que trabalhava registrando e denunciando extrações ilegais de madeira dentro da aldeia onde morava. Segundo Txai, ele foi morto por defender a floresta.

“Os povos indígenas estão na linha de frente da emergência climática, por isso devemos estar no centro das decisões que acontecem aqui. Nós temos ideias para adiar o fim do mundo”, anunciou. “Vamos frear as emissões de promessas

mentirosas e irresponsáveis. Vamos acabar com a poluição das palavras vazias”. E concluiu: “É necessário sempre acreditar que o sonho é possível. Que a nossa utopia seja um futuro na Terra”.

A jovem indígena está no último semestre do curso de Direito na Universidade Federal de Rondônia. Apesar de não ter concluído o curso, ela trabalha na assessoria jurídica da Associação de Defesa Etnoambiental (Kanindé), a entidade que defende a causa indígena em Rondônia. Além disso, é fundadora do Movimento da Juventude Indígena de Rondônia.

Txai já liderou atos pedindo a saída do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e denunciou o avanço da agropecuária sobre a terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia.

Ela participou de vários manifestos em defesa dos povos indígenas, e esteve nos protestos realizados em agosto, quando representantes dos povos indígenas ocuparam a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, para denunciar o governo e pressionar o presidente Jair Bolsonaro a retomar a demarcação de terras e acabar com as atividades de garimpo na Amazônia. •

e de alimentos sustentáveis. O Brasil também é signatário do acordo, mas a posição do governo nem por isso deixa de ser ambígua.

No alto escalão do Ministério da Agricultura, por exemplo, o segundo princípio da declaração foi recebido com preocupação. O documento cita o comércio de *commodities* desvinculadas de desmatamento. Esse dispositivo trata da “facilitação do comércio e das políticas de desenvolvimento, internacional e domesticamente, que

promovam o desenvolvimento sustentável e a produção e consumo de commodities sustentáveis, que trabalhem para o benefício mútuo dos países e que não conduzam ao desmatamento e à degradação da terra”.

A medida legal é encarada por representantes da agricultura empresarial brasileira como uma ameaça ao agronegócio nacional, que já enfrenta desde o início do governo Bolsonaro a má-vontade dos europeus, preocupados diante do aumento do desmatamento da Amazônia

e a comercialização de produtos oriundos das florestas tropicais. Os consumidores no Velho Mundo não gostam do fato de produtos brasileiros terem origem em áreas degradadas. No Reino Unido, a pressão tem sido escancarada desde 2019.

Apesar de não constar na Declaração das Florestas, as nações mais ricas prometeram destinar US\$ 12 bilhões de fundos públicos, até 2025, para financiar a proteção florestal e o setor privado prometeu outros US\$ 7,2 bilhões. •



# O VEXAME DO CAPITÃO

Sob Bolsonaro, o Brasil perdeu prestígio na comunidade internacional. De interlocutor influente e respeitado, como nos tempos do PT, passou a ser visto como um vilão ambiental

O Brasil participa da Cop26 na condição de um dos cinco países que mais agravaram o aquecimento global desde o Acordo de Paris. Em 2020, durante a pandemia, enquanto o planeta registrou queda de 6,7% nas emissões, nosso país aumentou em 9,5% a emissões, o maior incremento desde 2006, segundo o Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima. A maior parte das emissões brasileiras está ligada ao desmatamento para pastagens e culturas agrícolas.

Além disso, o Brasil perdeu a condição de referência na proteção ambiental global, construída ao longo dos últimos 40

anos. Com Bolsonaro, o mundo viu um país que liderou a Rio-92 e que vinha reduzindo de forma consistente o desmatamento – só na Amazônia essa redução foi de 83% entre 2004 e 2012, nos governos Lula e Dilma – se transformar em um pária mundial do meio ambiente.

Bolsonaro promoveu um verdadeiro desmonte nas estruturas de proteção ao meio ambiente no Brasil. Nos três primeiros anos de seu governo, o Palácio do Planalto cortou em 93% os gastos para estudos e projetos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, quando comparado com os três anos anteriores.

Para ficar em alguns exemplos, Bolsonaro transferiu a demarcação de terras indígenas e

quilombolas para o Ministério da Agricultura, acabou com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal e extinguiu o Fundo Amazônia. O resultado é que, em 2020, o desmatamento na Amazônia atingiu 10.851 km<sup>2</sup>, a maior taxa em 12 anos.

No Acordo de Paris, o país se comprometeu a reduzir em 43% as emissões de gases estufa até 2030. Mas, em dezembro do ano passado, o governo Bolsonaro mudou a base de cálculo das metas brasileiras, o que, na prática, significou permissão para poluir mais. A descrença quanto à atuação do governo brasileiro está presente em toda a cobertura do evento na mídia internacional. Do New York Times ao Le Monde,

passando por outros órgãos da imprensa internacional influentes, ninguém acredita no governo Bolsonaro.

“Não confie nas promessas do Brasil”, estampou o britânico *The Guardian*. “O Brasil, que já foi campeão do ambientalismo, encara um novo papel como antagonista do clima”, resumiu o *Washington Post*. “O país se comprometeu a acabar com o desmatamento na próxima década, mas os cientistas temem que as metas serão difíceis de cumprir, a menos que sua política mude”, observa.

Nesse ambiente de falta de credibilidade, o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, anunciou durante a Cop26, uma nova meta climática brasileira de redução de 50% da emissão de gases poluentes até 2030 e a neutralização da emissão de carbono até 2050. Apesar disso, o ministro não apontou qual a base para o corte, o que na prática significa uma estagnação.

Se a redução das emissões prometidas pelo ministro do Meio Ambiente seguir a base da atualização anterior, aquela alterada pelo próprio Planalto em dezembro de 2020, o país emitirá mais gases do que o acordado em Paris. Se o Brasil seguir a base mais atualizada disponível, a redução de emissões ficaria igual à prometida em 2015. Nos dois casos, o Brasil não aumenta sua ambição climática na nova meta, a chamada NDC.

Em nota, o Instituto Talanoa mostrou descontentamento com a meta brasileira. “A proposta submetida à ONU pelo Brasil ainda pode aumentar o espaço de emissões até o fim desta década, em relação à meta proposta pelo governo em 2015, por ocasião do Acordo de Paris. Mais do que isso, a proposta anunciada provavelmente não aumenta a ambição climática do Brasil, conforme esperado”.

Roberto Stuckert Filho



**RESPEITO E INFLUÊNCIA** Dilma ao lado de chefes de Estado na Rio+20: O Brasil atuou firme e na liderança para fazer acordos ambientais benéficos

O senador Jaques Wagner (PT-BA), presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, presente à reunião da Cop26, afirmou que prefere ter cautela com a meta anunciada. “Não podemos negar que os compromissos são um passo”, afirma Wagner. “Mas prefiro ter cautela, até que esta mudança se converta em ações concretas, para além de promessas. Com mais dinheiro, com mais

investimentos para avançarmos no enfrentamento da crise climática”.

Para o parlamentar petista, governo brasileiro precisa sinalizar com algo mais do que promessas. “O tempo de promessas já passou. E passou não só para o Brasil, mas para todo o mundo. O tempo agora é de ação. Precisamos urgentemente de respostas efetivas à crise climática e de esperança para as atuais e futuras gerações”, avalia.

Mas, o constrangimento brasileiro não parou por aí. O coordenador-executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima, Oswaldo dos Santos Lucon, pediu demissão do cargo durante a Conferência da ONU. Ele disse que estava saindo por causa da falta de interlocução do governo com os representantes da sociedade civil.

A função do fórum é subsidiar ações do presidente da República e fazer a ponte entre o governo e a sociedade civil. O colegiado é um dos “instrumentos institucionais” para a Política Nacional de Mudança do Clima. A 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas segue até 12 de novembro. Infelizmente, ainda há muito tempo para novos vexames do Brasil. • **Danilo Molina**

**SE A REDUÇÃO  
DAS EMISSÕES  
PROMETIDAS  
PELO GOVERNO  
BOLSONARO FOR  
SEGUIDA PELO  
BRASIL, O PAÍS VAI  
POLUIR, APESAR DO  
ACORDO DE PARIS**

# “SOBRE O BRASIL, EXISTE UM CETICISMO”



Divulgação

Segundo deputado petista, apesar disso, há esperança nos corredores da COP26 de que o país mude logo de rumo. Ele destaca que, para além do Brasil oficial, o Brasil real, da sociedade civil e dos movimentos populares atua com força em Glasgow

**Pedro Camarão**

O deputado federal Nilto Tatto (PT-SP) está na Cop26, que começou no domingo, 31, em Glasgow, na Escócia, e afirma que o Brasil está sendo representado por duas delegações antagônicas. Existe o Brasil oficial, que atua defendendo a cartilha do governo Bolsonaro, e um outro, que é o dos movimentos populares, ONGs e academia. “Este é o Brasil real e vivo”, define.

Esta delegação genuína é quem luta por acordos sobre a preservação do meio ambiente e pela redução das emissões de poluentes. Tatto diz que a comunidade internacional é cética com a retórica do governo brasileiro, mas há esperança é de que o país possa mudar de rumo o quanto antes.

**Focus Brasil – Como o senhor está sentindo a receptividade ao Brasil na Cop26, tendo em vista que vivemos sob um governo negacionista, que assinou acordos benéficos ao meio ambiente por causa da pressão internacional?**

**Nilto Tatto** – O clima geral com relação ao Brasil é de muito ceticismo porque o próprio governo vem fazendo tudo ao contrário daquilo que o país vinha se comprometendo ao longo do tempo nos acordos sobre o clima. O mundo todo está acompanhando o governo Bolsonaro, que vem destruindo aquilo que o Brasil construiu para enfrentar a crise climática, seja na estruturação dos organismos de Estado, como Ibama, ICMBio, Funai, Inbra e o próprio Programa de Controle e Monitoramento do Desmata-

mento, como na flexibilização da legislação. A consequência disso são os indicadores de aumento de emissões por parte do Brasil em decorrência do crescimento das queimadas e do desmatamento. Também pesa para esse ceticismo a violência que tem resultado em aumento de conflitos pela terra. É o caso das invasões de terras indígenas, territórios quilombolas em especial e extrativistas. E agora, o Brasil volta com a presença na Cop, inclusive com um estande, mas o objetivo é tentar disputar uma narrativa para dizer que o que está sendo feito é sustentável. Mas isso não condiz com o que os indicadores demonstram. O Brasil, nessa toada, tenta também passar uma imagem de que tem compromisso com o futuro da agenda quando anuncia reduções, inclusive

maiores do que já havia se comprometido até 2030, mas sem demonstrar como vai fazer para cumprir com essa promessa.

O mundo todo percebe, evidentemente, a prática do governo e a falta de consistência nas metas que se propõe a fazer. A percepção é de que o Brasil não vai conseguir cumprir com aquilo que está prometendo. Isso é uma coisa oficial sobre o Brasil na Cop. Somos vistos com descrença e ceticismo por parte da comunidade internacional. Mas existe outro Brasil aqui que é um espaço organizado pela sociedade civil e que tem a presença dos parlamentares de oposição e dos movimentos sociais. Este outro Brasil cobra que o conjunto dos países nessa Cop assumam mais responsabilidades para enfrentar a crise climática. Precisamos de metas mais ousadas. E é este "outro Brasil" que diz que o país precisa fazer a sua parte. Há expectativa de outro governo para dar sequência à agenda histórica que sempre defendemos.

**– Teve repercussão o fato de o coordenador-executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima ter pedido demissão?**

– Sim. E fica muito evidente a agenda do governo brasileiro, sem diálogo com a sociedade. Esse coordenador não tinha função para desempenhar, porque não há diálogo. Aqui, o espaço oficial do Brasil tornou-se um espaço privado de setores da economia, a CNI [Confederação Nacional da Indústria] e a CNA [Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil] tomaram conta. A gente pode dizer que, tirando os negociadores do Itamaraty, representantes do Estado brasileiro, o espaço foi tomado pelo agronegócio.

**– O que o senhor viu de mais relevante até agora na Cop26?**

– Do ponto de vista geral, o mais importante é o reconhecimento do papel dos povos indígenas, como guardiões da biodiversidade e das florestas. Estamos falando de 80% das florestas do mundo protegidas pelos povos indígenas. Foi anunciado um fundo para apoiar os povos indígenas na proteção da biodiversidade e das florestas. Evidentemente que quando isso recai sobre o Brasil, sabemos que no governo Bolsonaro não teremos avanço nas demarcações das terras in-

## A PERCEPÇÃO DE QUEM ESTÁ AQUI PELO BRASIL REAL, É DE QUE PRECISAMOS INFLUENCIAR NO DEBATE, COM COMPROMISSOS PARA O FUTURO

dígenas e nem a implementação desse acordo. É um problema que vamos ter que resolver. Mas precisamos influenciar no debate aqui e trazer o posicionamento de que o Brasil vai fazer a sua parte, na expectativa do governo futuro. Há uma expectativa muito grande de um governo do presidente Lula. O clima de quem está aqui pelo Brasil, me refiro a esse Brasil real e vivo, é de que nós precisamos ajudar e influenciar no debate, mas com compromissos para o futuro, não para o governo atual.

A outra questão é o debate sobre o mercado de carbono, como criar mecanismos financeiros fundamentais para os países em desenvolvimento poderem cumprir suas metas e, ao mesmo tempo, repensar as cadeias produtivas para gerar trabalho e renda. É a situação do Brasil. É necessário apoio financeiro e tecnológico.

**– Os interlocutores estrangeiros falam sobre a necessidade de o governo Bolsonaro chegar ao fim para que seja possível melhorar a política ambiental?**

– Sim, sem dúvida. Os indicadores estão aí e o mundo todo, até em função da diminuição das atividades econômicas por causa da pandemia, diminuiu as emissões de poluentes. Mas o Brasil foi um dos poucos que aumentou as emissões em plena pandemia. Ou seja, mesmo diminuindo a atividade econômica no Brasil, houve aumento das emissões por causa da destruição das florestas e as queimadas. É essa a principal contribuição que o Brasil dá para as emissões. Mas o mundo todo reconheceu o papel do Brasil durante os governos Lula e Dilma quando, entre 2006 e 2012, ocorreu a maior diminuição de emissões de gases do efeito estufa. Tivemos crescimento econômico, inclusão social e distribuição de renda.

O Brasil tem as melhores condições para sair na frente nesse jogo do enfrentamento da crise climática e ao mesmo tempo gerar riqueza, trabalho, renda e inclusão social. Esse é o sentimento da comunidade internacional e, por isso, há esperança de que o Brasil possa mudar de rumo logo. Porque o Brasil ajuda a influenciar e a puxar o mundo todo nessa agenda. Acho que esse é o grande diferencial que está nos corredores da Cop. •



Divulgação com fotomontagem

# O IDIOTA CONSTRANGE A COMUNIDADE INTERNACIONAL

Bolsonaro conseguiu alcançar novo patamar de estupidez e atenta contra a própria Nação, de forma mais ampla, durante as reuniões do G20 e da COP26, que reuniram os principais líderes do planeta

**Cesar Calejon**

**E**m menos de três anos de governo, a política externa brasileira, conhecida como PEB pelos profissionais, acadêmicos e estudantes de Relações Internacionais, sofreu a maior reviravolta da sua história e tornou-se a política externa bolsonarista, para a qual serve o mesmo acrônimo. O Itamaraty, antes principal formulador, foi relegado ao papel



de observador e organizador, na melhor das hipóteses, das decisões tomadas pelos núcleos mais fundamentalistas do governo Bolsonaro e, atabalhoadamente, pelo próprio presidente.

Nesse período, a política externa bolsonarista removeu a população LGBTQIA+ da lista de políticas e diretrizes destinadas à promoção dos direitos humanos do governo federal do Brasil, retirou o país do Pacto de Migração da ONU, liberou a posse de armas de fogo no

território nacional, renunciou ao tratamento especial que tinha como país emergente na Organização Mundial do Comércio (OMC), derrubou a exigência de visto para os estadunidenses e agrediu com ofensas de caráter pessoal a esposa do presidente francês, Brigitte Macron.

Bolsonaro ainda reivindicou a ditadura chilena de Pinochet ao atacar o pai de Michelle Bachelet, comissária dos Direitos Humanos das Nações Unidas, e deixou, em ato de submissão sem precedente na nossa história, dois navios iranianos – o MV Bavand e o MV Termeh –, desa-

bastecidos por quase 50 dias no Porto de Paranaguá (PR). A Petrobrás se negou a abastecer as embarcações, porque o governo iraniano estava sob sanções aplicadas pelos Estados Unidos.

Esses são apenas alguns dos impropérios impensáveis que o Brasil adotou sob o governo do ex-capitão do Exército no que diz respeito à formulação e implementação da política externa brasileira desde 2019.

Para muito além de simplesmente isolar o país, tais medidas são inconstitucionais - conforme os parâmetros consagrados na Constituição de 1988. E, portanto, caracterizam crimes contra a Lei Maior brasileira.

Contudo, Bolsonaro conseguiu alcançar um novo patamar de constrangimento para a sua gestão e a própria Nação, de forma mais ampla, durante as reuniões do G20 e da COP26, que reuniram os principais líderes do planeta na Itália e na Escócia ao longo da última semana.

Isolado no primeiro evento, Bolsonaro sequer compareceu ao segundo. Enquanto chefes de Estados de diferentes países defendiam os interesses das suas respectivas populações, tratavam dos problemas do mundo e costuravam acordos bilaterais, o presidente brasileiro tentou fazer "piadinhas" com os garçons que, educadamente, o dispensaram.

Além do isolamento absoluto e da completa ausência de resul-

tados significativos à diplomacia nacional, Bolsonaro confundiu o nome de Matteo Salvini, um dos pouquíssimos políticos - da extrema direita italiana - que aceitou se reunir com ele publicamente, o chamando de "Salvati". Ele ainda pisou no pé de Angela Merkel, literalmente, e trocou o nome de John Kerry, enviado especial dos Estados Unidos para questões climáticas, por Jim Carrey, o humorista estadunidense.

A resposta da imprensa internacional foi imediata. Alguns dos principais jornais, revistas e programas de televisão dos Estados Unidos e da Europa zombaram, impiedosamente, do presidente brasileiro, retratando-o como uma espécie de palhaço atrapalhado e deprimente junto aos principais representantes da comunidade global.

Cômico para eles, trágico para o Brasil. Em apenas alguns dias, Bolsonaro conseguiu a façanha de ridicularizar a Presidência da República Federativa do Brasil de forma sem precedentes no que diz respeito a participação de um chefe de Estado brasileiro junto ao concerto das maiores nações do mundo. Um verdadeiro bobo da corte da sociedade internacional. •

Jornalista com especialização em Relações Internacionais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), é autor dos livros "A Ascensão do Bolsonarismo no Brasil do Século XXI" e "Tempestade Perfeita: o Bolsonarismo e a Síndemia Covid-19 no Brasil".

## 'ECONOMIST' DIZ QUE BOLSONARO É UM PÁRIA DO CLIMA

A revista *The Economist* que circula desde a sexta-feira, 5, traz uma reportagem devastadora para a imagem do Brasil. A tradicional publicação inglesa aponta que o país, que um dia foi um dos principais protagonistas nas negociações sobre o clima global, passou a ser visto como um vilão na comunidade internacional.

"O recorde do país em mudanças climáticas é realmente terrível. Desde que Bolsonaro assumiu o cargo em 2019, a taxa de desmatamento está em alta em 45%. As emissões totais de gases de efeito estufa do Brasil subiram 9,5% no ano passado, de acordo com um estudo patrocinado pelo Observatório do Clima, uma rede de 70 ONGs e *think-tanks*, mesmo quando as emissões caíram no resto do mundo. Mas enquanto Bolsonaro uma vez parecia apreciar sua reputação de pária - desistindo de ser o anfitrião da Cop25 em 2019 e começar uma briga com Emmanuel Macron, o presidente francês - ele agora parece ansioso para tentar melhorar sua reputação".

A revista reproduz o trecho de uma tentativa de diálogo do presidente brasileiro entrevistado em Roma, no encontro do G20. "Eu não sou tão ruim quanto as pessoas dizem", disse o presidente do Brasil a Angela Merkel, a chanceler da Alemanha, quando ela se aproximou dele em um jantar do G20 em Roma em 30 de outubro. *A Economist* diz que Bolsona-

ro estava sentado num canto do salão, sozinho. De acordo com a revista inglesa, a delegação do Brasil na Cop26 espera transmitir a mesma mensagem: o Brasil não é mal.

Em outubro, lembra a publicação britânica, em uma tentativa de promover uma visão mais verde, o governo brasileiro anunciou duas iniciativas focadas no clima: a reformulação de um plano existente para incentivar a agricultura de baixo carbono e um novo programa de crescimento verde, que se destina a gerar empregos sustentáveis no campo. Além disso, em 1º de novembro, Joaquim Leite, o ministro do Meio Ambiente, disse que o Brasil aumentaria sua meta de redução das emissões para 50% de seu nível em 2005, até 2030, e apresentaria o ano em que planeja chegar a zero as emissões entre 2050 e 2060, como tantos outros países fizeram. De acordo com Leonardo Cleaver, o chefe dos negociadores brasileiros, o país está “mais flexível” quanto ao Artigo 6, uma cláusula contenciosa do Acordo de Paris de 2015 que estabelece regras para o comércio global de carbono.

Mas a revista mostra que há um ceticismo entre especialistas e ambientalistas, que não estão convencidos. “O Brasil quer todos os benefícios e nenhum os custos da Cop26, diz a advogada Caroline Prolo. A maioria dos planos do governo para cumprir suas metas são “promessas vagas que contêm a palavra ‘verde’”, diz Stela Herschmann, do Observatório do Clima. No ano passado, a promessa formal do Brasil de cortar emissões (conhecido como contribuição determinada nacionalmente, ou NDC) coloca o país entre uma pequena minoria que não só não conseguiu aumentar sua ambição desde o Acordo de Paris em 2015, mas fez o contrário. A linha de base de CO2 foi re-



visada para cima, mas a promessa permaneceu a mesma.

Parte do problema é que o governo tem uma tendência a se ver como vítima. “O Brasil deve mais do que está recebendo”, disse Cleaver a *Economist*. Esta posição foi estabelecida muito antes de Bolsonaro assumir o cargo. “Como outros países em desenvolvimento, o Brasil repreende o mundo rico por ficar aquém de seu promessa, em 2009, de mobilizar US\$ 100 bilhões por ano até 2020 para ajudar os países pobres a cortar emissões e se adaptar às mudanças climáticas”, aponta a reportagem da *Economist*.

Em sua NDC no ano passado, o governo também fez emissões prometidas de cortes condicionados ao recebimento de tais pagamentos – outros países também fizeram isto. Seriam necessários “pelo menos US\$ 10 bilhões por ano” para reduzir o desmatamento e que é a estratégia de longo prazo em transferências financeiras contábeis a receber vai demorar”. O Observatório do Clima chama isso de “chantagem”.

Agora, no entanto, os negociadores afirmam que os compromissos do Brasil são “incondicionais”. Esta postura mais suave pode ter a ver com o ausência do proponente mais forte de “pagar” pela estratégia, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que renunciou em junho. O

Sr. Cleaver também sinalizou que o Brasil pode estar disposto a se comprometer em dois debates espinhosos em torno do Artigo 6.

O primeiro tem a ver com créditos de carbono gerado de acordo com as regras da Cúpula de Kyoto em 1997. O Brasil tem bilhões de dólares desses créditos e acredita que devam ser incorporados em um novo mercado de carbono, como prevê o Artigo 6. Os países ricos estão preocupados, pois há um debate sobre se a verificação os créditos de Kyoto sofreram reverses pelo Acordo de Paris.

O segundo é sobre o que acontece quando novos créditos de carbono são vendidos por empresas em um país para empresas ou governos em outro. Há necessidade do Brasil (ou de outro país de onde os créditos são vendidos) para fazer os “ajustes correspondentes” para sua própria contagem de mitigação. O Brasil precisa mudar a forma como usa a terra.

“Leite prometeu que Brasil vai acabar com desmatamento ilegal até 2028. É um objetivo digno que parece, no momento, totalmente inatingível”. A revista conclui o texto apontando que enquanto. “Com Bolsonaro no poder, parece improvável qualquer mudança”, aponta. “O progresso pode ter de esperar até depois de 2022, quando Bolsonaro perder as eleições”. •

AS PESSOAS ESTÃO ERRADAS EM DIZER  
QUE A RESPOSTA DO BOLSONARO À  
PANDEMIA NO BRASIL FOI RUIM  
PORQUE ELE TEM CABEÇA VAZIA



# JAIR BOLSONARO NÃO TEM O QUE COMEMORAR

Pesquisas trazem percepção negativa sobre Auxílio Brasil e aquecimento global. Brasileiros temem as mudanças climáticas e caminham num sentido oposto ao do governo

Matheus Tancredo Toledo

**N**este artigo, trazemos as análises do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo, sobre dois temas abordados nas últimas pesquisas de opinião: a percepção dos brasileiros

e das brasileiras sobre o Auxílio Brasil, proposto pelo governo Jair Bolsonaro, e as mudanças climáticas e a reunião de Cúpula do Clima, a COP-26, realizada no Reino Unido.

De acordo com a Quaest, 70% dos entrevistados já sabiam da proposta do Auxílio Brasil, enquanto 30% não sabiam. Quando questionados se conheciam o de-

bate sobre riscos fiscais do Auxílio Brasil, 53% responderam que tinham conhecimento, enquanto 47% disseram o contrário.

Sobre as decisões do governo em lançar o programa, as opiniões estão bem divididas: 42% acham que o Palácio do Planalto está tomando a decisão certa ao aumentar o valor do auxílio em relação ao valor anterior do pro-

grama Bolsa Família, enquanto 44% acham errado a decisão e 13% não souberam opinar.

Entre os eleitores com opinião favorável a Bolsonaro, 59% consideram acertado o aumento, e 28% discordam de tal medida. Entre os contrários ao presidente, vemos o oposto: 32% e 57%, respectivamente. Na região Norte, a maioria vê de forma positiva (56%), cenário diferente das regiões Sul e Centro-oeste, onde a maior parte – 47% e 48%, respectivamente – crê que o governo está agindo de forma errada.

A maior parte da base da pirâmide social acha o aumento correto (47%), enquanto na faixa de renda de 2 a 5 salários mínimos – entre R\$ 2,2 mil e R\$ 5,5 mil – se sobressai a opinião negativa: 51%.

Apesar do possível impacto eleitoral do Auxílio Brasil, as previsões não são animadoras para Bolsonaro neste momento: 54% assumem que as chances diminuirão de votar em Bolsonaro por conta do auxílio, 25% disseram que aumentariam as chances de votar nele e 20% não sabem ou não responderam. Podemos observar também um movimento interessante entre prós e antibolsonaristas: aumento das chances de votar em Bolsonaro para 15% dos antibolsonaristas, e diminuição das chances de votar em Bolsonaro para 16% dos favoráveis.

Já na pesquisa feita pelo Ipespe, o conhecimento do Auxílio Brasil foi maior: 84% tomaram conhecimento do programa e 15% não o conhecem. Um total de 83% disseram que não esperam receber o novo benefício, enquanto 11% dizem ter expectativa de serem beneficiados.

Com base nas pesquisas, pode-se observar que não há consenso na opinião pública, e sim uma certa divisão quanto ao

tema do Auxílio Brasil. O benefício, que substitui um programa sólido, perene e transformador – o Bolsa Família – tem prazo de validade até dezembro de 2022. É possível que isso gere dúvidas entre a população.

É relevante, também, o possível impacto do benefício na base da pirâmide social – ainda mais considerando que é um dos segmentos mais insatisfeitos com o governo. Ou seja, é maior a reprovação a

**54% ASSUMEM  
QUE AS CHANCES  
DIMINUÍRAM  
DE VOTAR EM  
BOLSONARO  
POR CONTA DO  
AUXÍLIO. E SÓ 25%  
DISSERAM QUE  
AUMENTARAM**

Bolsonaro. É possível também que isso reverbere entre apoiadores do presidente, sejam agentes do mercado ou o segmento da população que ainda é fiador do atual governo, visto que há debate em torno do teto de gastos.

#### **E a crise climática?**

O instituto Ideia Big Data fez um levantamento sobre a percepção dos brasileiros em relação à crise climática e temas ambientais, na esteira da Cop26.

Embora mencionado por 1% dos entrevistados como principal problema do Brasil, o levantamento demonstra que a maioria da população teme a crise climática e seus impactos.

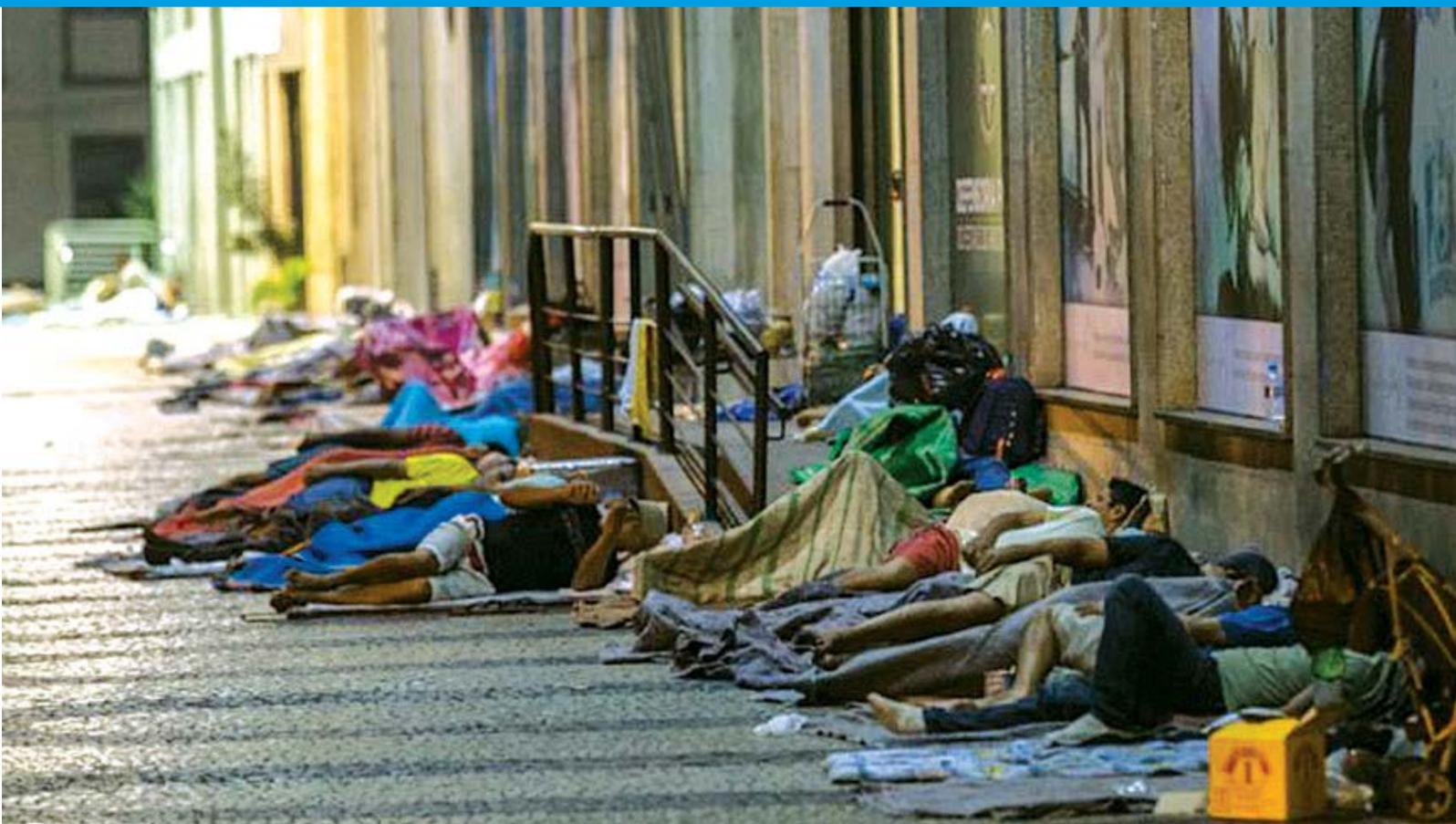
De acordo com o instituto, 96% demonstram algum grau de preocupação com o meio ambiente e o futuro do planeta. A pesquisa também aponta que 78% concordam com as afirmações da ONU, de que “o aquecimento global, as mudanças na temperatura e os episódios climáticos extremos representam um risco para a humanidade”.

Há desconhecimento sobre as metas estabelecidas pelo Brasil no tema para 72%. Entre quem disse conhecê-las, destaque para a menção à ‘redução do efeito estufa’ (44%) e preservação da Amazônia (26%).

No entanto, apesar do elevado grau de preocupação com as mudanças climáticas, ainda é majoritária a visão de que a responsabilidade para reduzir o aquecimento global é individual (para 40%) e não de ordem pública. Apenas 36% atribuem a maior responsabilidade aos governos – somando federal e estadual –, e 11% às empresas.

Apesar de ofuscado por temas de impacto cotidiano imediato como a economia brasileira, inflação e renda, a pesquisa demonstra que ganha espaço na percepção dos brasileiros o temor com a crise climática. A opinião pública caminha num sentido oposto ao do governo, que passa vergonha na Cop26 e leva o Brasil a perder seu protagonismo no tema ambiental. •

Cientista político com mestrado na PUC-SP, é analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo.



# A MISÉRIA DO AUXÍLIO BRASIL

Vivemos uma tragédia criada por negacionismo científico, preconceito contra os pobres, incompetência técnica e golpismo neoliberal contra o PT e seu legado para as políticas sociais

André Calixtre

**F**altando apenas alguns dias para o pagamento da primeira parcela do Auxílio Brasil em novembro

de 2021, o cenário é de desordem, incerteza e, mais do que tudo, insegurança para milhões de brasileiros que sofrem com a crise econômica e as consequências da má gestão sanitária do governo Bolsonaro durante a pandemia.

Em um processo caótico de desorganização do principal pro-



grama público de transferência de renda do Estado brasileiro, que completaria 18 anos de reconhecido sucesso nacional e internacional, a Medida Provisória 1061, de agosto de 2021 extinguiu o Bolsa Família sem colocar nada viável no lugar. Diz o texto que será Auxílio Brasil, mas a organização legislativa e técnica do documento é de tamanha miserabilidade, que se pode afirmar que Bolsonaro preferiu flertar com o apagão das rendas dos pobres como “solução final” de seu governo em franca

retirada após inúmeros e vergonhosos fracassos.

Que me perdoem os ainda gentis nesses tempos de cólera, mas o cenário desenhado por Bolsonaro é de pusilanimidade para o povo brasileiro. Vivemos duas crises profundas. A primeira foi provocada pelo Golpe de 2016, que desorganizou o modelo de desenvolvimento centrado em direitos constitucionais para um processo de reformismo ultraliberal, resultando em aumento do desemprego estrutural e no archo de longo prazo de todas as políticas sociais, inviabilizando a Constituição.

A segunda crise veio com a pandemia, cujo filhote do golpismo, o governo Bolsonaro, acelerou um processo de 20 anos em apenas dois, introduzindo a figura do extremismo e do negacionismo científico no interior do Estado que, no meio da ameaça externa do vírus, levou a perdas significativamente maiores de vidas, à saída de milhões de brasileiros do mercado de trabalho e piora da informalidade dos que ficaram, e ao empobrecimento brutal da classe trabalhadora, recolocando o Brasil no Mapa da Fome da ONU. A resposta de Bolsonaro a este abismo econômico e social foi mais pobreza. E mais mortes.

A saída do governo é um jogo de perde-perde para a sociedade. Sem deixar o seu compromisso com o golpismo que o elegeu, propôs uma emenda constitucional para modificar o cálculo do teto de gastos para as decisões judiciais transitadas em julgado, conhecidas como precatórios, invalidando o teto para seu governo, mas não para os próximos.

Não se tenha dúvidas de que estes precatórios constituem gastos predominantemente para os ricos, pois é o setor da sociedade que mais possui acesso à Justiça, ainda que se tenham decisões relacionadas a pensões alimentícias e aos fundos constitucionais que sejam importantes para o povo, mas pouco representativos.

Todo o espaço fiscal fictício gerado pela inflação seria consumido por esse gasto extremamente regressivo. No entanto, é temerária a solução de criar uma falsa promessa de renovação do Bolsa Família como pretexto para suspender as regras fiscais que os próprios golpistas estabeleceram.

A única certeza que se tem hoje é de que os precatórios serão pagos, mas, se confirmado o Auxílio Brasil, o Bolsa Família morreu e toda sua estrutura federativa de cadastramento, seleção e paga-

mento de benefícios não foi substituída, pelo menos não como está escrito no texto da MP 1061.

É praticamente impossível que se consiga pagar o valor prometido de R\$ 400 em novembro. E, se por milagre o Congresso aprovar a PEC dos Precatórios, a MP 1061 e o projeto de lei que transfere o orçamento do extinto Bolsa Família para o Auxílio Brasil até dezembro, o benefício será composto de uma parcela permanente, muito próxima do atual valor do Bolsa Família – sem reajuste desde o fim

## É TEMERÁRIA A SOLUÇÃO DE CRIAR UMA FALSA PROMESSA DE RENOVAÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA COMO PRETEXTO PARA SUSPENDER AS REGRAS FISCAIS

do governo Dilma –, e outra temporária, escandalosamente até o final das eleições de 2022.

Ademais, o Auxílio Brasil é uma espécie de seleção de más práticas em programas de transferência de renda:

- 1) É excessivamente complexo, com múltiplos benefícios;
- 2) Cria bônus inúteis para o objetivo de superação da pobreza;
- 3) Estimula a competição individual em um programa essencialmente comunitário;
- 4) Impessoaliza e digitaliza o aten-

dimento de pessoas sem acesso adequado a serviços de internet, aplicativos de celular ou bancos, ignorando o Sistema Único de Assistência social (SUAS) e fragilizando o CadÚnico;

5) Não especifica fonte de financiamento, linha de renda de acesso e benefício médio no texto legislativo, atentando flagrantemente contra a legislação fiscal;

6) É um programa eleitoreiro, temporário, e que, por isso, fragiliza o direito dos pobres à dignidade, associando perigosamente um programa do Estado ao voto a um determinado governo.

Vivemos a miséria do Auxílio Brasil, uma tragédia criada por negacionismo científico, preconceito contra os pobres, incompetência técnica e golpismo neoliberal contra o Partido dos Trabalhadores e seu legado para as políticas sociais da Nova República.

Qualquer governo minimamente comprometido com a sociedade deveria estar preocupado com a totalidade do flagelo gerado pela crise pandêmica, cuja população em risco de renda é muito superior aos 17 milhões de público alvo do novo Auxílio Brasil, e cuja proteção de renda deveria ser emergencialmente maior, igual aos R\$ 600 como se pagou na primeira onda da Covid, combinado com a reestruturação do Bolsa Família no pós-pandemia.

Não somente isso, um programa inovador de garantia de emprego e sustentação do investimento público deveria estar na agenda prioritária do Estado, e não o pagamento de dívidas judiciais. A ausência de um pensamento estratégico para a questão nacional está levando o Brasil ao ponto de ruptura do tecido social, cujas consequências podem ser irreversíveis. •

Mestre em Economia, é doutorando em História Econômica, ambos pelo programa de Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Unicamp.

# AINDA HÁ TEMPO DE CONSERTAR

Uma alternativa ao texto aprovado pela Câmara, capaz de reparar o estrago da PEC dos Precatórios é tirar o auxílio emergencial e o Bolsa Família do teto dos gastos e da regra de ouro

**A** Câmara dos Deputados aprovou o texto-base da PEC 23, restando a apreciação de destaques para finalizar a votação em primeiro turno. A PEC 23 traz medidas duras: a) limita o pagamento de precatórios aos valores de 2016 atualizados pelo IPCA; b) modifica a fórmula de cálculo do teto de gastos, considerando a inflação de 12 meses até dezembro, e não mais junho. As medidas ampliam o espaço no teto em mais de R\$ 90 bilhões para 2022.

O texto base foi aprovado por margem apertada, com apenas quatro votos além do necessário. Mesmo assim, contou com forte “criatividade regimental” do presidente Arthur Lira (PP-AL), com autorização para votação remota de parlamentares que estavam em missão oficial fora do país, e emenda aglutinativa do relator que não aglutina emendas apresentadas.

Aparentemente, a mudança no texto capaz de reverter votos em favor da PEC foi a previsão de que precatórios do Fundef serão priorizados, com pagamento de 40% dos valores em 2022 e 30% nos dois exercícios subsequentes. Sem a PEC, os recursos seriam integralmente pagos. Ou seja, a PEC atrasa pagamentos de sentenças já determinadas pela Justiça, inclusive para a educação, em contrariedade ao que o STF já decidiu acerca da matéria.

Além do aumento dos passivos da União em função do atraso de pagamentos dos precatórios, vale retomar os principais problemas da PEC: 1) viabiliza o Auxílio Brasil, que excluirá 22 milhões de famílias que atualmente recebem o auxílio emergencial, e só prevê despesas extras em 2022, para contornar exigência da Lei

de Responsabilidade Fiscal de compensação pelo aumento de despesa permanente; 2) torna o teto mais restritivo para 2023, em quase R\$ 20 bilhões; 3) extingue a previsão de revisão do teto em 2026; e 4) abre espaço fiscal para emendas de relator.

Ante os problemas da PEC, qual seria a alternativa para viabilizar a transferência de renda, fundamental no contexto de ampliação da pobreza, da desigualdade e da fome?

Uma solução simples seria: a)

## **OUTRA SOLUÇÃO SERIA PRORROGAR O AUXÍLIO EMERGENCIAL, EVITANDO A EXCLUSÃO DE FAMÍLIAS DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL**

garantir o pagamento dos precatórios – inclusive da educação –, respeitando-se decisões judiciais e evitando o aumento de passivos da União em função do atraso de pagamento de despesas obrigatórias; b) prever prorrogação do auxílio emergencial, evitando a exclusão de famílias da rede de proteção social; c) reajustar as linhas de pobreza e extrema pobreza do Bolsa Família, além de ampliar os benefícios do programa e incluir as famílias que estão na fila de espera. Como se trata de pro-

grama existente, não se aplicam ao Bolsa Família as restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal em relação à compensação de receita e as decorrentes da legislação eleitoral; e d) excepcionalizar o Auxílio Emergencial e o Bolsa Família do teto de gasto, regra de ouro e meta de resultado primário, o que poderia ser estendido a outras despesas específicas para combate à pandemia, como vacinação, cujos recursos são insuficientes no projeto de orçamento.

Esta saída sinalizaria de forma transparente o volume de recursos fora do teto, que precisa, a partir do próximo governo, ser revogado e substituído por outra regra. Além disso, garantiria o atendimento das famílias vulneráveis pelo Auxílio Emergencial e, em seguida, pelo Bolsa Família, programa internacionalmente premiado e capaz de reduzir desigualdades.

Por que o governo não admite esta solução? Primeiro, pela motivação eleitoral, que envolve extinguir o Bolsa Família, substituindo-o por um programa repleto de incertezas, com desenho equivocado e cujos benefícios adicionais são circunscritos ao ano eleitoral.

Segundo, a abertura de espaço fiscal no teto pretende viabilizar as emendas de relator, garantindo até R\$ 20 bilhões para a base do governo em ano eleitoral, sem quaisquer critérios objetivos ou transparência no uso dos recursos.

Enfim, o que está em jogo, do ponto de vista do governo, não é o atendimento dos mais pobres, mas seus interesses eleitorais e clientelistas, com vistas a aprofundar o projeto autoritário em curso e desconstruir a institucionalidade da política social. Mas ainda há tempo de consertar o estrago. •

Economistas, são assessores  
do Senado Federal.



# A PEC DO CALOTE E DO GOLPE ELEITORAL

O povo precisa saber das tramas de Bolsonaro. O governo acabou com o Bolsa Família, referência mundial no combate à desigualdade e quer do Congresso Nacional um cheque especial de R\$ 95 bilhões para usar na reeleição do presidente

Elvino Bohn Gass

**A** aprovação pela Câmara dos Deputados, em primeiro turno, da proposta



de emenda à Constituição (PEC 23/21), a chamada PEC do Calote, é mais um escândalo do

governo Bolsonaro condizente com as páginas policiais de jornais. Sob protesto e com o voto contrário da bancada do PT, o texto-base foi aprovado pela Câmara na quinta, 4, abrindo caminho para um megacalote em aposentados, professores e outras credores da União que têm

o legítimo direito reconhecido pela Justiça de receber o que lhes é devido.

É um colossal escândalo que equivale a dar um cheque em branco para o capitão-presidente gastar cerca de R\$ 95 bilhões no ano eleitoral de 2022, sem informar para onde o dinheiro vai e com um adeus ao teto de gastos.

É um escárnio. O ex-capitão

e seu ministro da Economia, Paulo Guedes, promovem uma megapedalada fiscal em nome de um projeto eleitoral e demagógico para garantir o tal Auxílio Brasil, por apenas um ano, deixando na incerteza, já em 2023, milhões de pessoas que já estão numa situação precária com o fim do bem-sucedido Bolsa Família.

É um vale-tudo para reeleger um governo de destruição nacional que trouxe a fome de volta, a entrega de estatais e riquezas nacionais a abutres do mercado, enquanto o desemprego cresce, a miséria aumenta e a Amazônia e o Cerrado ardem em chamas ou são destruídos ao som ensurdecedor de motosserras e tratores de esteira.

O povo brasileiro precisa saber das tramas urdidas por Bolsonaro. Na esteira da PEC do Calote, o governo acabou com uma política estruturante de 18 anos, o Bolsa Família, referência mundial no combate às desigualdades.

O segundo retrocesso é o parcelamento de dívidas previdenciárias. E os professores? Devem receber 100% do que lhes é devido já no ano que vem, mas Bolsonaro e sua base querem lhes pagar apenas 40%, deixando o restante para os anos seguintes.

Junto a isso, uma vergonhosa manobra para liberar emendas do orçamento secreto para uma base de apoio que só pensa em seus interesses pessoais e pagar uma turbinada ajuda a pessoas na linha da pobreza, com uma falta de vergonha nunca vista na história da República.

Ora, se o governo estivesse interessado em minorar os problemas da população, a Câmara poderia ter votado a MP 1061/2021, que estabelece o novo auxílio emergencial, que

o PT defende no valor R\$ 600.

Mas Bolsonaro veta o auxílio de R\$ 600. Lembre-se que, no ano passado, ele defendia auxílio emergencial de R\$ 200. Foi a Câmara, com papel decisivo do PT, que aprovou o auxílio de R\$ 600. Depois, Bolsonaro baixou para R\$ 300 e, por fim, R\$150.

Pior, de 60 milhões de brasileiros beneficiados com o auxílio emergencial, o número caiu para 39 milhões. Agora, com a PEC do Calote, o governo quer beneficiar apenas apenas 17 milhões de pessoas. Ou seja,

## COM O NOVO PROGRAMA SOCIAL, O GOVERNO BOLSONARO VAI REDUZIR O NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS: DE 39 MILHÕES PARA 17 MILHÕES

quem votou a favor da PEC do Calote promoveu a exclusão de 22 milhões de pessoas.

A promessa de que o valor mínimo do tal novo auxílio seria de R\$ 400 serviu como biombo para esconder as verdadeiras intenções desse governo cruel: reduzir o número de pessoas beneficiadas de 39 milhões para 17 milhões. Na prática, deixa 22 milhões de brasileiros e brasileiras na rua da amargura.

A oposição defende e votou o auxílio emergencial de R\$ 600, sem necessidade de calote em precatórios. Mas o governo agora vem com a tese mentirosa de que precisa dar o cano de R\$ 95 bilhões para garantir o tal Auxílio Brasil. É uma tese inaceitável.

Quando, no ano passado, houve o consenso de que seria necessário o governo federal providenciar um auxílio emergencial às pessoas que ficariam sem renda por conta da pandemia, imediatamente o PT propôs que o valor de um salário mínimo. De parte do governo Bolsonaro, a reação foi imediata: não há dinheiro. Foi o que disseram os bolsonaristas, repetindo o discurso do arrocho fiscal. Pela boca do ministro offshore Paulo Guedes, espalharam mentiras. Mas o Congresso reagiu e o drama social ocasionado pela pandemia foi mitigado.

Tem sido um período terrível! De um lado, o negacionismo científico do governo Bolsonaro matou milhares de pessoas por Covid-19. De outro, a insensibilidade social deste mesmo governo condenou à miséria absoluta milhões de brasileiros e brasileiras.

O país segue afundando. E as medidas econômicas, sempre direcionadas à tutela do interesse dos rentistas e especuladores, além de não combaterem a desigualdade, aprofundam a corrosão das bases da economia, gerando inflação e desvalorizando a moeda nacional.

A PEC nada mais é do que um supercalote nas dívidas judiciais. E, pior. Ao fim e ao cabo, não passa de um golpe eleitoral de Bolsonaro para tentar brechar o derretimento de sua popularidade. Ainda há tempo de a sociedade reagir contra esse escândalo. •

Deputado federal pelo Rio Grande do Sul, é líder do PT na Câmara dos Deputados.

# GOVERNO MANIPULOU NÚMEROS. DE NOVO



A equipe econômica de Paulo Guedes mais uma vez mentiu. O saldo do empregos gerados em 2020 foi metade do alardeado pelo governo. Revisão mostrou que o número de vagas abertas foi de 75.883 e 142.690. Especialistas criticam a maquiagem de números

**N**o governo Bolsonaro, não é possível acreditar nem nos números. A semana terminou com a revelação de que a equipe econômica maquiou dados para edulcorar a realidade no mercado de trabalho. E, mais uma vez, uma fake news é desmentida. Desta vez, o novo Caged, adotado no início do ano passado pelo Ministério da Economia, depois de absorver o Ministério do Trabalho, mostrou-se superestimado.

Uma das falácias mais recorrentes do Posto Ipiranga – a criação de empregos formais em 2020 – foi revisada. Para abaixo. Descobriu-

-se que o número de vagas abertas no mercado de trabalho brasileiro no ano passado foi 46,82% inferior ao anunciado como “uma grande notícia” em janeiro.

Com isso, caiu de 142.690 para 75.883 o número de vagas com carteira assinada abertas no ano passado. A diferença é resultado de um número 2,2% maior de demissões (de 15,023 milhões para 15,361 milhões) e apenas 1,8% superior de admissões (de 15.023.531 para 15.361.234).

A presidenta nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), tripudiou sobre a descoberta, revelada pela imprensa na manhã de quarta-feira, 3. “Com

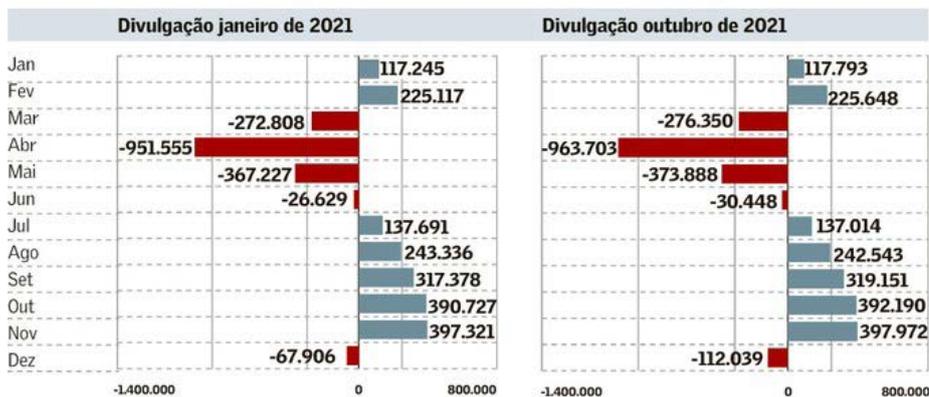
Jair Mentira Bolsonaro, fake news virou política oficial de governo”, criticou. “Nem as estatísticas de desemprego escaparam, como foi demonstrado na revisão do Caged 2020. Se ele faz isso no Diário Oficial, imagine o volume de mentiras nas redes e na imprensa bolsonarista”.

Em nota ao portal R7, que revelou a trampa dos números de empregos formais, o Ministério do Trabalho e Previdência, recriado no acerto de contas com o Centrão, informou que a revisão considerou as declarações de contratações e dispensas feitas pelas empresas fora do prazo.

Agora responsável pela divul-

## Foi menor

Saldo de empregos formais em 2020



Fonte: Caged - Ministério do Trabalho e Previdência

gação dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o Ministério do Trabalho adiantou que, até dezembro, o processo pode reduzir ainda mais o saldo final de empregos criados em 2020. Há a perspectiva de incorporação de novos dados que podem influenciar o saldo do ano passado.

A maior discrepância registrada entre os dados divulgados e atualizados (177,2%) foi apurada em junho de 2020. Na ocasião, foi comunicado o corte de 10.984 postos formais de trabalho, quando a perda foi ainda maior (30.448 vagas).

Em termos absolutos, a principal diferença foi contabilizada em abril de 2020. Naquele mês, houve 963.703 demissões a mais que contratações - 103.200 mais perdas em relação aos 860.503 cortes inicialmente anunciados.

O Caged sofreu mudança de metodologia em janeiro do ano passado. A mudança descolou o índice do real desempenho da atividade econômica e tornou impossível a comparação dos dados recentes com a série histórica.

A pesquisa passou a ser alimentada por informações provenientes do eSocial e foi alterado o universo de trabalhadores abrangido. Os empregos temporários, aberação criada pela "reforma trabalhista" de Michel Temer, passaram a ser de preenchimento obriga-

tório pelas empresas, e não mais opcional. Além disso, categorias antes não consideradas como emprego formal, como os bolsistas, passaram a entrar na conta.

"Quando você muda a forma de medir uma série, ela não pode mais ser comparada com a que era medida de uma forma diferente anteriormente", afirmou Daniel Duque, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas. No início do ano, Guedes vinha insistindo no bordão do "melhor resultado para o mês em 30 anos".

**GLEISI: "COM  
JAIR MENTIRA  
BOLSONARO,  
FAKE NEWS VIROU  
POLÍTICA OFICIAL  
DE GOVERNO. NEM  
AS ESTATÍSTICAS  
DE DESEMPREGO  
ESCAPARAM"**

"Você está comparando banana com laranja, aí gera essas hipérboles", reforçou Luciano Sobral, economista-chefe da NEO Investimentos. "Se você se deixar levar pelo que o ministério está tentando vender como a situação do mercado de trabalho, tem uma impressão errada da economia".

Antes, o indicador evoluía de forma próxima ao desempenho da economia segundo o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). Quando a economia ia bem, cresciam as contratações, e quando ia mal, predominavam as demissões. Essa aderência lógica se perdeu.

"Desde o último trimestre do ano passado, estamos observando altas muito fortes do Caged. Nunca teve altas tão elevadas na série histórica toda, nem em 2010 (ano em que o PIB cresceu 7,5%)", observou Daniel Duque.

Também pesquisador do Ibre, Bruno Ottoni comparou um mesmo período (abril a dezembro de 2019) utilizando a série antiga e a nova do Caged. Encontrou uma diferença de 74% a mais para o resultado com a nova metodologia. Na prática, concluiu o pesquisador, Paulo Guedes vinha induzindo o público ao erro ao divulgar os resultados do "novo Caged" como "recordes históricos".

"Estamos às cegas, sem saber com exatidão o que se passa no mercado de trabalho", denuncia Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados. Para ele, a condição é sintoma de um governo que não entende a necessidade de boas estatísticas para elaboração de políticas públicas. "Parece que há um descaso geral", avaliou. "Precisaria haver um esforço maior do governo, porque quem vai pagar o preço desse descaso somos nós mesmos. Sem informações corretas, há dificuldade de fazer políticas públicas adequadas. Mas esse é um governo que não é fã de políticas públicas". •



Ricardo Stuckert

# COMO O PT SALVOU O BRASIL: A GERAÇÃO DE SUPERÁVIT PRIMÁRIO

Nos governos Lula e Dilma, diferente do que apontam liberais e mídia, foram gerados superávits primários. A média anual entre 2003 e 2013 foi de 3,1% do PIB, quase o dobro da média anual dos governos FHC, quando a média foi de 1,7% do PIB

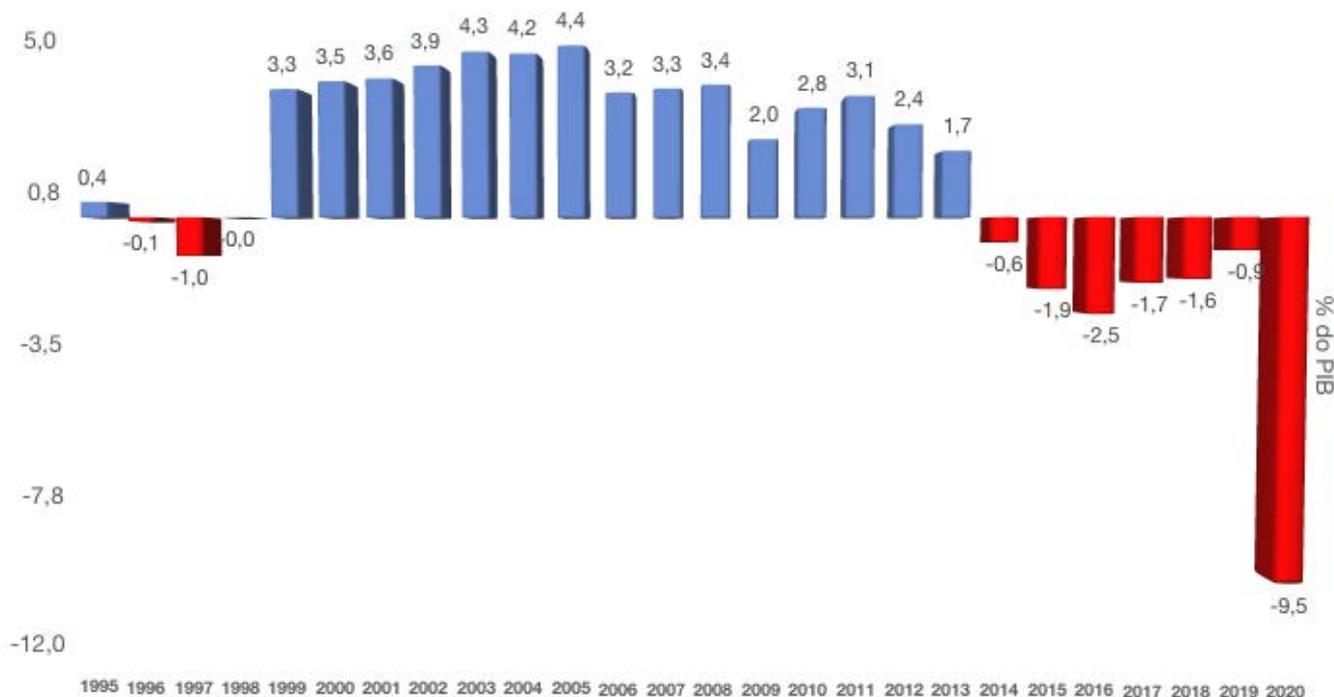


Eduardo Fagnani \*, Gerson Gomes \*\*  
e Guilherme Mello \*\*\*

**E**ste é o quinto de uma série de artigos organizada para oferecer fatos e números que desconstruem as mentiras circulantes segundo as quais a política econômica do PT teria “quebrado o Brasil”. Essa narrativa, fundada na falsificação de supostos ‘fatos econômicos’ que, à custa de

# Resultado primário

Percentual do PIB. Intervalo de tempo: 1994-2020



Fonte: Banco Central do Brasil.

GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século 21, maio de 2021

ser repetida, implantou-se como se fosse verdadeira e correta, inventa e celebra supostos desmandos dos governos do PT: do “experimento desenvolvimentista”, da “nova matriz macroeconômica” e do “populismo” esquerdista.

O enredo fantasioso traz de volta o receituário liberal como solução para os problemas brasileiros e foi parte de movimento mais amplo dedicado a criminalizar o Partido dos Trabalhadores (PT), tentar justificar o Golpe de 2016, que afastou Dilma Rousseff da Presidência da República sem que ela tivesse cometido crimes de responsabilidade, e impedir o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de participar das eleições presidenciais de 2018.

Nos artigos anteriores, demonstramos que nos governos petistas a dívida externa bruta caiu significativamente, ao mesmo tempo em que as reservas cambiais aumentaram mais de 20 vezes – de US\$ 16,3 bilhões para US\$ 368,7 bilhões. Com isso, a dívida externa líquida – a dívida bruta menos as reservas cambiais – passou a ser

negativa a partir de 2007. Fato é que o Brasil passou então a ser credor em moedas estrangeiras, algo inédito na nossa história econômica. Também sublinhamos que a dívida pública interna líquida, o mais importante indicador fiscal de um país, reduziu-se de forma substancial como proporção do PIB.

Nesse artigo, analisamos e reparamos a verdade sobre a geração de superávits primários.

É fato que, em 2014, foi registrado déficit primário de 0,6% do PIB. Mas, com base na experiência internacional e brasileira, absolutamente não cabe tomar esse evento isolado como se fosse prova definitiva da “crise terminal” da economia gerida pelos “populistas” da esquerda.

É preciso sublinhar que esse foi o único evento de déficit primário registrado desde 2003. Os governos petistas buscaram ativamente gerar superávits primários, objetivo plenamente alcançado. O gráfico mostra expressivos superávits gerados entre 2003 e 2013. A média anual desse período – 3,1% do PIB – foi quase o dobro da média

anual de superávits gerados nos governos de FHC, quando a média foi de 1,7% do PIB.

O resultado negativo de 2014 refletiu o cenário externo desfavorável, a reversão do ciclo de consumo e de investimento e a ampliação dos subsídios para o setor privado.

É importante ressaltar que a deterioração do resultado primário está majoritariamente ligada a queda no ritmo de crescimento das receitas tributárias, decorrente tanto da desaceleração econômica, quanto das desonerações e isenções fiscais.

A taxa de crescimento real do gasto público apresentou desaceleração, sendo menor do que o verificado no governo FHC, descharacterizando completamente a versão liberal de que uma suposta “gastança” seria responsável pela diminuição do resultado primário.

O déficit registrado em 2015 refletiu, em grande medida, a crise política intensificada a partir de 2013, quando a oposição passou a apostar no golpe e na instabilidade política e a limitar, no Congres-

so Nacional, o raio de manobra na condução da política econômica.

Mesmo o ajuste ortodoxo realizado em 2015 pelo governo de Dilma era para tentar neutralizar a ofensiva golpista, que também responde pelo déficit nominal verificado naquele ano.

Também é importante sublinhar que, na comparação internacional, o Brasil foi um dos poucos países que obteve superávit primário no período analisado.

Mesmo as nações desenvolvidas e emergentes, via-de-regra, mostraram déficits primários substanciais após a crise financeira de 2007-2008, conforme a tabela. São emblemáticos os casos dos EUA e do Japão e, sobretudo, da Irlanda, Grécia, Portugal e Espanha.

Dentre os emergentes, destacam-se os déficits primários que se verificaram na Rússia, África do Sul e Índia, mas também, em menor grau, na China e no Chile, no auge da crise financeira. Mesmo nesse período crítico, ao contrário de outras nações, o Brasil prosseguiu gerando superávits primários até 2013.

Portanto, também no caso desse indicador, não se sustenta a afirmação de que a crise econômica verificada em meados da década passada teria sido, “fundamentalmente, uma crise de irresponsabilidade fiscal”. Tampouco teria havido o “sacrifício” dos fundamentos [macroeconômicos] em prol da “economia do povo, marca do modelo bolivariano”, como repete a fantasia mal-intencionada dos economistas liberais, de setores do mercado e da grande imprensa.

Em suma, o debate econômico proposto pela corrente liberal sempre esteve a serviço, não da verdade histórica e dos fatos, mas da disputa de poder. Não por acaso, o discurso em torno do “terrorismo econômico” intensificou-se com a proximidade das eleições de 2014, quando foi deflagrada

## Resultado primário do governo

Em percentual do PIB

Países	2007	2009	2010	2011	2012	2013	2014*
EUA	-1,1	-11,6	-9,2	-7,6	-6,3	-3,6	-3,2
Japão	-2,1	-9,9	-8,6	-9,0	-7,8	-7,8	-7,1
Canadá	2,0	-3,7	-4,3	-3,3	-2,6	-2,4	-1,4
Reino Unido	-1,4	-9,4	-7,2	-4,9	-5,4	-4,4	-3,8
Alemanha	2,6	-0,8	-2,0	1,1	1,9	1,7	2,0
França	-0,1	-4,9	-4,5	-2,6	-2,4	-1,9	-2,1
Itália	3,0	-1,1	-0,2	0,9	1,9	1,8	1,5
Portugal	-1,0	-7,7	-9,0	-4,0	-1,9	0,1	0,4
Irlanda	0,8	-12,5	-30	-9,7	-4,4	-1,9	-0,3
Espanha	3,0	-9,6	-7,8	-7,5	-7,9	-4,0	-3,0
Grécia	-2,1	-10,2	-5,2	-2,9	-1,3	1,2	1,5
África do Sul	3,7	-2,4	-2,2	-1,2	-1,3	-1,1	-1,0
Argentina	1,9	0,2	1,3	-0,4	-0,5	-0,7	-1,0
<b>Brasil</b>	<b>3,2</b>	<b>1,9</b>	<b>2,3</b>	<b>2,9</b>	<b>2,0</b>	<b>1,8</b>	<b>-0,6</b>
Chile	7,7	-4,3	-0,3	1,5	0,8	-0,4	-1,4
China	0,5	-1,3	-0,8	1,1	0,5	-0,6	-0,7
Colômbia	1,8	-1,1	-1,6	-0,1	1,6	1,2	0,9
Índia	0,4	-5,1	-4,2	-3,8	-3,1	-2,6	-2,6
Rússia	6,0	-6,6	-3,3	1,8	0,7	-0,9	-0,7

Fonte: IMF World Economic Outlook (WEO), Abril 2015. (\*) Preliminar

ampla campanha articulada com o objetivo de enfraquecer a candidatura oficial, percebida, também, como antessala do retorno do “fantasma Lula” em 2018.

Fato grave é que - à força de intensa propaganda mascarada como se fosse jornalismo - a visão liberal disseminada pela grande mídia passou a ser hegemônica junto à opinião pública. Assim se implantou uma suposta necessidade imperativa e urgente de “ajustes”, em sua maioria de caráter recessivo, que dali em diante passou a pautar os debates.

Hoje, os dados já demonstram que também no caso do resultado primário o discurso dominante é mentiroso - e só serve aos interesses dos protagonistas da farsa do impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

E o que aconteceu nos governos Temer e Bolsonaro?

Eles radicalizaram a agenda neoliberal e mergulharam o país na mais grave crise da história, tornando manifesto que as promessas fantasiosas dos que apoiaram a farsa do impeachment não se realizaram. Note-se que, entre 2016

e 2019, o déficit primário registrou média anual de 1,6% do PIB, sendo que o crescimento verificado em 2020 se deve à crise aprofundada pela Covid-19.

Nos governos Temer e Bolsonaro, o Brasil só não voltou a quebrar por conta das reservas cambiais acumuladas pelos governos do Partido dos Trabalhadores. Esse legado é o alicerce firme e confiável sobre o qual deve assentar-se qualquer projeto futuro de retomada do desenvolvimento.

Nos próximos artigos demonstraremos, com mais fatos e dados, que os governos do PT salvaram o país, mantendo o déficit nominal e a dívida interna bruta em patamares bem inferiores aos observados na experiência internacional. •

\* Doutor em Economia pela Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT-UNICAMP). \*\* Membro do Conselho do Centro de Altos Estudos do Brasil para o Século 21. Foi funcionário de carreira da FAO e da CEPAL e assessor econômico no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. \*\*\* Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON-UNICAMP)

Reprodução

Reprodução

10 de novembro de 1937

## GETÚLIO ANUNCIA O ESTADO NOVO

O regime democrático está extinto. A Constituição de 1934, revogada. A cavalaria cerca a Câmara dos Deputados e o Palácio do Senado para impedir a entrada de congressistas. Às 10 horas, Getúlio Vargas assina a nova Constituição, sendo seguido por todos os ministros, à exceção de Odilon Braga, que pede demissão. A nova Carta Magna concentra os poderes nas mãos do chefe do Executivo, extingue o sufrágio universal, aumenta a intervenção do Estado na economia e determina que os sindicatos devem se organizar segundo o modelo fascista.

O presidente faz um pronunciamento à Nação, analisando a situação política e econômica do país. Faz duras críticas ao Congresso, à Constituição, aos políticos e à campanha presidencial em curso. Enumera as normas reguladoras que estão paradas no Congresso, aguardando deliberação: "O Código do Ar, o Código das Águas, o Código das Minas, o Código Penal, o Código do Processo, os projetos da Justiça do Trabalho, da criação do Instituto do Mate e do Trigo".

*Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização.*

Envie suas sugestões por e-mail para [memoria@fpabramo.org.br](mailto:memoria@fpabramo.org.br)

Visite o [memorialdademocracia.com.br](http://memorialdademocracia.com.br)



9 de novembro de 1988

## PAÍS ASSISTE AO MASSACRE DE VOLTA REDONDA

Três operários foram assassinados e dezenas de outros ficaram feridos na noite de 9 de novembro de 1988, quando tropas do Exército invadiram a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda (RJ), então ocupada por grevistas. Enviadas pelo governo federal, as tropas militares surpreenderam os trabalhadores com bombas de gás

lacrimogêneo, fuzis e blindados. A violenta repressão militar tirou a vida de Carlos Augusto Barroso, de 19 anos; Valmir Freitas Monteiro, de 27 anos; e William Fernandes Leite, 22 anos. No ano seguinte ao massacre, foi inaugurado na cidade um monumento projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer em homenagem aos trabalhadores mortos.

9 de novembro de 1946

## NASCE SÔNIA DE MORAES ANGEL

Em 9 de novembro de 1946, nascia a gaúcha Sônia Maria Lopes de Moraes. Professora e militante da Ação Libertadora Nacional, ela foi presa, estuprada, torturada, mutilada, assassinada e desaparecida pela ditadura militar em 1973, aos 27 anos. Seus restos mortais só fo-

ram identificados e reunidos décadas após o falecimento. Foi casada por três anos com Stuart Angel Jones, dirigente do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), sequestrado, torturado e assassinado em 1971, dado como desaparecido. O caso dela foi um dos investigados pela Comissão Nacional da Verdade, instituída pelo governo Dilma Rousseff para apurar mortes e desaparecimentos na ditadura militar brasileira.

11 de novembro de 2003

## GOVERNO CRIA O LUZ PARA TODOS

Instituído em 11 de novembro de 2003 – quando Lula era presidente da República e Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia – o programa Luz para Todos nasceu para tirar da escuridão milhares de comunidades rurais espalhadas pelo Brasil. Dados daquele ano indicavam que 90% das famílias sem acesso à energia elétrica estavam abaixo da linha da pobreza. O programa estava, portanto, em sintonia com as políticas em curso de combate à pobreza e promoção da cidadania.

Não era a primeira vez que o governo federal traçava uma política nacional de eletrificação em pequenas comunidades rurais. A diferença é que, nas experiências anteriores, os beneficiados arcam com os custos da instalação, o que na prática inviabilizava as iniciativas. No Luz para Todos, os recursos eram do governo federal e dos parceiros estaduais, sem nenhum custo de instalação para o usuário. Ao completar 15 anos, em 2018, o programa já beneficiava 16 milhões de brasileiros.



8 de novembro de 2019

## LULA É SOLTTO APÓS 580 DIAS DE PRISÃO INJUSTA

Após 580 dias mantido preso injustamente na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba (PR), o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve sua liberdade restituída em 8 de novembro de 2019. Atendendo ao pedido da defesa de Lula, a Justiça expediu alvará de soltura baseado na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que decidiu contra a prisão após condenação em se-

gunda instância.

O ex-presidente foi preso pela sentença que recebeu em 2017 no processo do triplex do Guarujá (SP). Já em 2021, o STF entendeu que a 13ª Vara Federal de Curitiba não tinha competência legal para julgar as acusações, anulando a condenação. Mais tarde, o Supremo ainda considerou o ex-juiz Sergio Moro suspeito na condenação de Lula no caso.



6 de novembro de 1950

## NASCE O SINDICALISTA JOÃO ANTONIO FELÍCIO

Nascido em Itapuí (SP), João Antonio Felício dedicou sua vida à defesa dos trabalhadores. Compondo sua rica trajetória na luta pela emancipação da classe, foi fundador e presidente da Central Única dos Trabalhadores. Também participou da fundação do PT, esteve à frente do

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo e foi o primeiro latino-americano a presidir a Confederação Sindical Internacional. Professor de Artes na rede estadual, articulou a criação de uma nova concepção de ensino público, através da luta por uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Morreu em 2020, aos 69 anos, deixando esposa, filhos, neta e um legado imensurável de dedicação ao Brasil e a seu povo.

# MARIGHELLA



Divulgação

Filme marca a estreia na direção de Wagner Moura que consegue adaptação próxima à do personagem complexo que emerge da biografia de Mário Magalhães. A escalação de Seu Jorge como Carlos Marighella é daquelas sortes que vêm da adversidade

**Bia Abramo**

**M**arighella” é um filme que, de certa forma, estreou muito antes de começar a ser exibido no cinema na quinta-feira, 4. Com roteiro baseado na minuciosa biografia do jornalista Mário Magalhães, o filme dirigido por Wagner Moura enfrentou todas as dificuldades possíveis e imagináveis para uma obra que trata de flagrar a história de um guerrilheiro no momento em que algumas organizações de esquerda, perseguidas pela ditadura militar, embarcam na luta armada.

Com uma trajetória de sucesso em vários festivais internacionais desde 2019, “Marighella” teve o pedido de comercialização negado pela Ancine por três vezes – apenas uma delas com justificativa de erro técnico assumida pela produção do filme.

Sob Jair Bolsonaro, que extinguiu o Ministério da Cultura e adota discurso ultra conservador contra a cultura, a morosidade da principal agência de fomento ao cinema deixa suspeitas de atividade censória. Não se pode esquecer, jamais, que o ex-capitão do Exército é admirador declarado de torturadores. Ele dedicou seu voto no impeachment de

Dilma Rousseff a Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe de um dos principais centros da repressão, o DOI-CODI, em São Paulo.

O filme foi alvo ainda da ação orquestrada nas redes pelos bolsonaristas para “abaixar” a nota do Internet Movie Database, o IMDB. Daí que o filme parece ter uma existência e importância política antes mesmo de ser conhecido pelo grande público. As pré-estréias em São Paulo, Salvador e Rio provocaram manifestações da plateia e ondas “fora Bolsonaro”. O que é curioso para um filme que retrata os últimos cinco anos do militante do PCB Carlos Marighella de forma quase teatral.

A presença de Wagner Moura na direção, ator que se consagrou como o protagonista de "Tropa de Elite" e fez carreira internacional com a série da Netflix "Narcos", poderia fazer pensar que "Marighella" enveredaria pelo thriller político, dadas as possibilidades filmar assaltos, explosões ou perseguições policiais. No entanto, o roteiro de Moura e Felipe Braga escolhe centrar a trama nos dilemas internos, psicológicos e políticos de Marighella, ao se ver diante da escolha trágica que se impôs à parte da geração que viveu o Golpe de 1964 e o recrudescimento da repressão no pós-AI-5 em 1968.

Nesse sentido, o filme realiza uma adaptação muito próxima à do personagem complexo e controverso que emerge da excelente reconstituição biográfica de Mário Magalhães. A escalação de Seu Jorge como Carlos Marighella, segunda opção de Moura, que chegou a testar o rapper Mano Brown para viver o guerrilheiro no cinema, é daquelas sortes que vêm da adversidade. Carismático e intuitivo, Jorge faz um Marighella ambíguo, capaz de momentos quase líricos, sobretudo nas cenas em sobre suas relações familiares – com o filho, deixado com a ex-companheira em Salvador, e nos poucos, mas intensos diálogos com Adriana Esteves, que faz Clara Charf –, bem como de momentos em que transparece a dureza, o julgamento implacável e a violência exigidas daqueles que decidiram pela alternativa da luta armada.

Nunca é demais lembrar que trata-se de uma obra ficcional e, por isso, o que se conta no filme é tão-somente um pedaço da história e que muitos aspectos sobre o período histórico são deixados de lado. O que parece ser o grande achado na direção segura de Moura é deixar claro isso desde o início, quando ele entremeia se-

## ESTREANDO NA DIREÇÃO, WAGNER MOURA NÃO CAI NA ARMADILHA DE DECIDIR SE O "INIMIGO NÚMERO UM DO BRASIL" ESTAVA CERTO OU ERRADO

quências empolgantes de ação, como a do assalto ao trem, com as discussões entre quatro paredes, cercadas dos cuidados da clandestinidade, da perseguição policial e do medo da delação.

É uma tragédia o que acontece com Carlos Marighella em 4 de novembro de 1969, morto a tiros quando estava disposto a se entregar à polícia, e sua célula da ALN composta de jovens dispostos a matar e morrer pela resistência ao governo militar. A sensa-

ção de sufocamento que emerge desse contraste entre os espaços fechados e os abertos, onde tudo pode acontecer (e acontece), é muito eloquente sobre o que foi viver sob uma ditadura que prendia, matava, torturava e fazia "desaparecer" seus opositores. E, ainda assim, tentar resistir.

Correndo tantos riscos no roteiro, é evidente que Moura, estreando na direção, cometa alguns deslizos, sobretudo na construção de alguns diálogos que resvalam no declaratório ou na grandiloquência ou de personagens que acabam um tanto chapados – o ator global Bruno Gagliasso, por condensar o policial imbuído de toda a truculência do aparato repressivo, por exemplo, dá algumas escorregadas. No entanto, Moura não cai naquela que seria a armadilha principal de um filme sobre um personagem histórico: decidir, pelo espectador, se o "inimigo número um do Brasil" estava "certo" ou "errado". Ainda que Moura não seja falsamente imparcial, o peso das decisões individuais e coletivas se mostra em toda a sua crueza e, por isso, o filme flerta, de forma muito evidente, mais com a ideia do trágico na vida política do que com a do heroísmo. Isso, por si só, é um grande feito. •

Divulgação



### RECONSTITUIÇÃO

Seu Jorge como Marighella. Filme de Wagner Moura recupera pedaço da história do país nos anos de chumbo



# UM JABUTI PARA IGNÁCIO LOYOLA BRANDÃO

Renomado escritor paulista é agraciado com o prêmio pela Câmara Brasileira do Livro como personalidade literária do ano. Ele profetizou a vinda de um presidente desalmado

**Alberto Cantalice**

O jornalista e escritor Ignácio de Loyola Brandão, membro da Academia Brasileira de Letras, receberá o prêmio Jabuti como personalidade literária do ano. O prêmio concedido pela Câmara Brasileira do Livro é uma justa homenagem ao escritor, que completa 50 anos de uma prolífica carreira literária e dezenas de obras publicadas. Ele receberá a premiação no exato momento em que a sociedade brasileira se encontra em seu presente mais distópico, na era Bolsonaro.

Crítico do atual governo, o romancista disse no final do ano de 2020: "O autor precisa intervir na realidade para que esta seja interessante. Lembre-se que em 'Desta terra nada vai sobrar, a não ser o vento que sopra sobre ela', meu mais recente romance, previ um presidente sem coração e sem cérebro e, no ano seguinte, Bolsonaro foi eleito. Ele para mim é o presidente invisível, ficção científica. Nada fez, nada, nada fará", lamenta.

Paulista de Araraquara, Loyola já é detentor de várias premiações ao longo da carreira: venceu o 1º Concurso de Contos do Paraná

em 1968; o prêmio Pedro Nava, da União Brasileira dos Escritores, em 1976; Prêmio ILLA, concedido pelo Instituto Ítalo-Latino-Americano, na Itália, em 1984; o Prêmio Jabuti, de melhor ficção, em 2008; e o Prêmio Machado de Assis, outorgado pela ABL, pelo conjunto da obra, em 2016.

No início deste ano, o escritor recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Estadual Paulista (Unesp), no campus de sua cidade natal. Na oportunidade, Loyola Brandão fez questão de homenagear os professores que o ajudaram em sua formação como cidadão, jornalista e escritor.

Ele também demonstrou gratidão à universidade que o acolheu nos anos 80, para organizar duas de suas obras. "Trouxe da Alemanha 40 cadernos de anotações e eu tinha que pôr em ordem. Voltei para São Paulo e ainda não tinha apartamento. Fui para a casa do meu pai em Araraquara e lá eu não tinha condição. Um dia, fui na Unesp e perguntei ao Jorge Nagle, que eu conhecia, se tinha uma sala que poderia me emprestar. Era a sala de um professor que estava viajando. Usei por meses. Fiquei lá um tempão", recordou-se. Desse generoso oferecimento da universidade brotaram os escritos que deram na obra "Verde que

violentou o muro", fruto da sua vivência na Alemanha, na época anterior e posterior ao Muro de Berlim, e ao "Beijo não vem da boca". "Foram dois livros ao mesmo tempo. Então eu devo a Unesp isso. Serei eternamente grato", completa.

Além de escritor, Ignácio de Loyola Brandão é jornalista tendo passado pelas redações da Última Hora, de Samuel Wainer (1910-1980); das revistas Planeta e Cláudia, onde foi editor, e também colunista do Estado de São Paulo.

Notabilizado por uma escrita ácida e quase sempre tratando de um cenário de distopia e irrealdade, o autor de "Zero" e "Não verás país nenhum", foi diagnosticado como um autor de um realismo feroz pelo professor e crítico literário Antonio Candido. É apontado ainda como o rei da distopia.

Em entrevista recente ao GHZ, de Porto Alegre, disse: "Se eu escrevesse 'A Metamorfose', hoje, seria: 'Naquela noite, após sonhos atribulados, Jair Bolsonaro acordou transformado num inseto repulsivo'".

As obras de Ignácio de Loyola Brandão, longe de serem ou parecerem peças de ficção, cada dia mais se enquadram no realismo trágico brasileiro e vão sendo a expressão atemporal da nossa realidade. •

# MORRE NELSON FREIRE

O aclamado pianista erudito brasileiro, reconhecido em todo o planeta, falece aos 77 anos, deixando um vazio na música. Era considerado um dos grandes músicos do mundo

Bia Abramo

**E**m um país com pouca tradição na música erudita, o fato de um dos maiores pianistas do mundo ser brasileiro não deixa de ser notável. Nelson Freire, mineiro de Boa Esperança, que morreu em 1º de novembro, aos 77 anos, era um virtuoso no instrumento, reconhecido internacionalmente como um grande e original intérprete. Desde 2019, quando sofreu uma queda e machucou o ombro e o braço direito, o pianista vinha enfrentando dificuldades e esperava o fim da pandemia para voltar a se apresentar.

Recluso e introspectivo, Freire era avesso a entrevistas, não gostava de longas turnês e gravava exclusivamente o que queria. Apesar do temperamento tímido, fez uma sólida carreira internacional, apresentando-se em mais de 70 países.

Nelson José Pinto Freire nasceu em 18 de outubro de 1944. Começou a tocar piano de ouvido, reproduzindo as lições da irmã mais velha, Nelma. Deu seu primeiro recital aos 5 anos, em sua cidade natal e chamou a atenção de músicos locais. A família, então, mudou-se para o Rio de Janeiro para que Nelson, então com 6 anos, estudasse.

Aos 12 anos, foi finalista do 1º Concurso Internacional de Piano do Rio de Janeiro e chamou a atenção do então presidente Juscelino Kubitschek, que lhe ofereceu uma bolsa de estudos. Ele

Arquivo



foi para Viena, onde estudou com Bruno Seidlhofer, na mesma classe da argentina Martha Argerich, de quem se tornaria amigo.

Freire deslançou para a carreira internacional ainda no final dos anos 1950, dando recitais e concertos nas maiores cidades da Europa, Estados Unidos, América Central e do América do Sul, Japão e Israel. Trabalhou com regentes como Pierre Boulez, Kurt Masur, André Previn e Rudolf Kempe e apresentou-se entre as mais prestigiosas orquestras do mundo, como a Filarmônica de Berlim, a Orquestra Sinfônica de Londres e a Orquestra de Paris, além de várias participações em concertos nos EUA.

Em 1999, foi o único brasileiro incluído na coleção de 200 CDs gravados por 72 artistas – Great Pianists of the XXth Century, da Phillips. A partir de 2003, realizou uma série de gravações para o selo Decca, com repertório de sua escolha. O primeiro álbum

foi dedicado às obras de Chopin, que ganhou aclamação unânime da crítica musical internacional. Ele seguiu gravando obras de Schumann, Liszt, Brahms, Bach e Mozart, Debussy, bem como do brasileiro Heitor Villa-Lobos.

Também em 2003, o cineasta João Moreira Salles realizou o documentário “Nelson Freire”, que permitiu a um público maior conhecer o músico que já foi chamado de “o segredo mais bem guardado do piano”.

O francês *Libération* destacou a importância do legado de Freire, afirmando que o músico “sabia criar, longe do tumulto do mundo, o espaço necessário para que o discurso dos compositores que interpretava se desenrolasse. (...) Sua performance inspirando imaginação e grandeza, seu eterno olhar de criança sobre o mundo, sua maneira de fazer borbulhar uma melancólica sonata como o mais eufórico dos champagnes, jamais serão substituídos”. •

Venício A. de Lima

# PAULO FREIRE

A prática da  
liberdade,  
para além da  
alfabetização

O livro está disponível no site  
da Fundação Perseu Abramo  
[fpabramo.org.br](http://fpabramo.org.br)

autêntica



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores



# BRASIL: CINCO ANOS DE GOLPE E DESTRUIÇÃO

SANDRA BRANDÃO | (ORG.)

APRESENTAÇÃO | DILMA ROUSSEFF

PREFÁCIO | ALOIZIO MERCADANTE

O livro está disponível no site  
da Fundação Perseu Abramo  
[fpabramo.org.br](http://fpabramo.org.br)

